

**Associativismo no Município do Seixal
Colectividades da Freguesia de Amora: estudo de caso**

Tânia Glória Costa de Sousa

**Trabalho de Projecto de Mestrado em Práticas Culturais para
Municípios**

Outubro 2014

Trabalho de Projecto apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Práticas Culturais para Municípios realizado sob a orientação científica de Professor Doutor António Camões Gouveia.

AGRADECIMENTOS

Apesar da solidão que um estudo desta natureza exige, não podia deixar de agradecer a todos aqueles que contribuíram generosa e desinteressadamente para que esta caminhada atingisse o seu objectivo.

Ao Professor Doutor António Camões Gouveia, pela disponibilidade e confiança que depositou ao aceitar orientar a elaboração deste Trabalho de Projecto, pela leitura, comentários e revisão formal do texto, manifesto os meus sinceros agradecimentos.

Dirijo uma palavra de apreço a todas as pessoas que se prontificaram a responder ao inquérito, que tudo fizeram para que concluísse o presente estudo.

Agradeço a preciosa colaboração dos ex-dirigentes, dirigentes e funcionárias das colectividades seleccionadas para o presente estudo, nomeadamente a Sociedade Filarmónica Operária Amorense e o Centro Cultural e Desportivo das Paivas. Importantes foram também os testemunhos dos dirigentes do Clube Associativo Desportivo Cinza Fénix e o Clube Ténis de Mesa de Amora. À Câmara Municipal do Seixal e à Junta de Freguesia de Amora, pela gentileza em como me receberam.

Um sincero agradecimento aos meus colegas de trabalho pelo apoio e incentivo que foram dando para seguir em frente, especialmente às colegas de departamento e à Direcção que permitiram conciliar o meu trabalho no sector com o meu percurso académico.

Por fim, a todos os meus amigos e familiares que sempre estiveram presentes, por todo o carinho e compreensão, pelo tempo de convívio que lhes retirei em prol da elaboração deste Trabalho de Projecto.

A todos, muito obrigada.

Associativismo no Município do Seixal
Colectividades da Freguesia de Amora: estudo de caso
Tânia Glória Costa de Sousa

RESUMO

O presente Trabalho de Projecto incide sobre o estudo do Associativismo no município do Seixal, mais propriamente sobre as colectividades de cultura, desporto e recreio da freguesia de Amora. Tem como primeiro objectivo, analisar e compreender o fenómeno associativo através de contributos teóricos sobre o tema, e o seu papel nas estratégias de desenvolvimento local.

A pesquisa foi suportada por diferentes técnicas de recolha de dados: entrevista, inquérito por questionário e análise documental.

Verificou-se que apesar da proliferação das associações se manter, mesmo depois da euforia associativa que caracterizou o 25 de Abril de 1974, as dificuldades persistem, nomeadamente a carência de recursos financeiros e humanos. Embora a percentagem de voluntariado seja significativa, traduzindo-se no número de associações existentes na freguesia de Amora, é necessário revitalizar o tecido associativo com as camadas mais jovens.

Os resultados atestam que o Movimento Associativo de raiz popular, está muito dependente dos apoios da Câmara Municipal e Junta de Freguesia, assumindo assim responsabilidades de parceria com as respectivas entidades do Poder Local.

Palavras-Chave: Associativismo, Colectividades, Seixal

Associations in the City of Seixal
Authorities of the Parish of Amora: case study
Tânia Glória Costa de Sousa

ABSTRACT

This project work focuses on the study of Associations in the municipality of Seixal more properly about the associations of culture, sport and recreation in the parish of Amora. Its first target, analyze and understand the associative phenomenon through theoretical contributions on the subject, and their role in local development strategies.

The research was supported by different techniques of data collection: interviews, questionnaire survey and document analysis.

It was found that despite the proliferation of associations remain even after associative euphoria that characterized the April 25 1974, the difficulties persist, including the lack of financial and human resources. Although the percentage of volunteering is significant, resulting in the number of associations in the parish of Amora, it is necessary to revitalize the social fabric with the younger generation.

The results show that the Associative Movement of popular root, is very dependent on the support of the City Council and the Parish Council, thus taking responsibility for their partnership with Local Government entities.

Keywords: Associations, Institutions, Seixal

ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS.....	3
RESUMO.....	4
ABSTRACT.....	5
ÍNDICE GERAL.....	6
1. INTRODUÇÃO.....	7
1.1. Âmbito e objectivos do trabalho.....	7
1.2. Breve evolução do associativismo em Portugal	8
1.3. Concelho do Seixal	13
1.4. Associativismo no município do Seixal	15
1.5. Freguesia de Amora – caracterização cultural	17
1.6. Associações de cultura, recreio e desporto identificadas na freguesia de Amora.....	21
2. AS COLECTIVIDADES EM ESTUDO.....	21
2.1. Sociedade Filarmónica Operária Amorense	23
2.2. Centro Cultural e Desportivo das Paivas	29
2.3. Clube Associativo Desportivo Cinza Fénix	37
2.4. Clube Ténis de Mesa de Amora	39
2.5. Análise ao inquérito realizado à CMS	42
2.6. Análise ao inquérito realizado à JFA	46
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
4. NOTAS CONCLUSIVAS	51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	54
APÊNDICES	57
ANEXOS	63

1. INTRODUÇÃO

1.1 Âmbito e objectivos do trabalho

O presente trabalho surge no âmbito do estudo e pesquisa realizados para obtenção do grau de mestre em “Práticas Culturais para Municípios”, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Intitulado “Associativismo no Município do Seixal. Colectividades da Freguesia de Amora: estudo de caso” tem como primeiro momento o estado da arte do fenómeno associativo, onde apresentamos e delimitamos o assunto, justificamos o tema e apresentamos as questões de partida. Fazemos o enquadramento geral do tema e explicamos a evolução do associativismo em Portugal. Não se descuidará também, uma breve explicitação do que é o associativismo local nem da evolução histórica que o movimento registou no concelho do Seixal.

Num segundo momento a caracterização cultural da freguesia de Amora e as colectividades identificadas em 2014. Demonstrar a realidade, dar a conhecer parte do trabalho realizado e salientar o que tem sido a missão das colectividades junto da comunidade envolvente. Com vista ao presente objectivo apresentamos as Associações de Cultura, Recreio e Desporto seleccionadas na dita freguesia. Olhamos com maior profundidade para quatro destas organizações sem fins lucrativos, pretendemos descrever casos de maior dinamismo, colectividades decadentes e a última colectividade constituída em Amora.

Recolhemos informação relativa a antecedentes históricos, data de fundação e objecto social de cada organização, a pesquisa documental, leitura de documentos produzidos pelos respectivos órgãos sociais (estatutos, planos de actividades, contas, relatórios diversos). Recorremos a entrevistas informais com antigos e actuais dirigentes, e propusemos inquéritos às entidades do Poder Local, responsáveis pelo tratamento destas organizações para esclarecer detalhes ou complementar informação.

O trabalho demonstrará a evolução e concretização de uma ideia e do percurso de pesquisa, que foi possível acompanhar ao longo dos seminários inseridos na componente lectiva deste mestrado.

A transcrição das entrevistas acabou por se revelar bastante árdua pelo tempo consumido, mas também pela concentração exigida na anotação fidedigna das declarações dos dirigentes, que eram registadas ao mesmo tempo que se ouvia o registo

áudio. Na passagem das entrevistas para a escrita procurou-se respeitar, dentro dos limites possíveis, as características próprias do registo oral. Todavia foram rectificadas certos aspectos próprios da oralidade, nomeadamente repetições de palavras e eventuais incorrecções ao nível de concordância em género e/ou número. Esta tarefa permitiu verificar que em casos pontuais houve questões que não foram formuladas e respostas pouco precisas dada a informalidade de certos inquéritos¹.

1.2 Breve evolução do Associativismo em Portugal

Antes de mais, importa situar ainda que sumariamente no quadro geral da evolução do movimento associativo em Portugal. O Movimento Associativo teve o seu início em Portugal nos finais do século XVIII, com o aparecimento de alguns fenómenos culturais decorrentes da Revolução Francesa. Surgiu devido à crescente exploração das classes trabalhadoras, no início da industrialização em que o capitalismo começa a reinar nas comunidades menos abastadas, que acabam por procurar formas de organização e de defesa que fundamentalmente numa primeira fase assentam na área económica.

Segundo Maria Alexandre Lousada, “as confrarias e as irmandades constituíam uma forma muito peculiar e muito antiga de sociabilidade organizada. A ampla difusão deste tipo de colectividades e a sua multifuncionalidade permitiam-lhes congregar em torno de si gente das mais diversas condições sociais, ainda que algumas representassem certos grupos profissionais ou seleccionassem os seus membros por critérios de homogeneidade social. Além disso, a sua ligação ao culto religioso conferia-lhes um acrescido poder de vinculação e singularizava-as relativamente a todas as outras formas de sociabilidade” (1995: 245).

Se noutros tempos, tudo gravitava à volta das instituições religiosas que respondiam como podiam aos problemas das populações, outros novos caminhos se foram trilhando, no pensamento e na cultura subsequente começaram a raiar novas soluções para as dificuldades da sociedade. Foi neste contexto que outras associações cívicas e patrióticas, associações de socorros mútuos, sindicatos, cooperativas populares

¹ <https://repositorium.sdum.uminho.pt> [consulta realizada em 14-01-2014].

de consumo, de ensino e de outras valências, foram-se juntando para minimizar as limitações culturais e educativas das comunidades (Leitão, et. al., 2009: 33-34).

A segunda metade do século XIX, serviu de palco para o aparecimento de instituições musicais, como bandas e tunas, grupos de teatro amador, associações de recreio, de desporto e cultura, muitas vezes empenhadas numa vertente beneficente. Toda esta conjuntura sócio-cultural foi importante para o surgimento da maioria das associações criadas no nosso país. Entretanto vieram as sociedades columbófilas, os ranchos folclóricos, associações humanitárias, mas nos tempos mais próximos, consoante as necessidades, foi o tempo das associações de moradores, associações de defesa do património, da natureza e do ambiente, associações de pais, de caça e de pesca, juvenis, entre muitas outras. (2009: 34)

Nos anos 20 do século passado, tentou-se criar uma estrutura que possibilitasse a cooperação regular e continuada entre as sociedades de recreio. Em final de Maio e início de Junho de 1924, realizou-se em Lisboa na extinta Academia Recreativa de Lisboa, o 1º Congresso Regional das Sociedades de Recreio, foram aprovadas as bases estatutárias com a presença de 65 sociedades, tendo-se constituído a Federação Distrital das Sociedades Populares de Educação e Recreio.² Em Dezembro de 1925, o Conselho Federal (equivalente à Assembleia Geral) aprovou os estatutos que eram compostos por 54 artigos. O 2º Congresso Regional realizou-se em 1934 aprovou novos estatutos, com 75 artigos, alterando a designação para Federação das Sociedades de Educação e Recreio. Em 1939 realiza-se o I Congresso Nacional das Colectividades de Educação e Recreio, com duas características: congresso aberto a todas as colectividades e alteração de designação de Sociedades de Recreio para Colectividades de Recreio.

O 3º Congresso Regional e o 1º Congresso Nacional realizaram-se em Lisboa no mês de Dezembro de 1940, onde se inscreveram 275 colectividades, das quais 57 não eram federadas. Os estatutos aprovados continham 338 artigos e a designação passou a Federação Portuguesa das Colectividades de Educação e Recreio e inscreveu o Pelouro Musical. Estes estatutos nunca foram considerados pelo Governo.

Em Julho de 1949 também em Lisboa, realizou-se 4º Congresso Regional e o 2º Nacional, em que se inscreveram 472 colectividades, tendo sido aprovados os seus estatutos com 81 artigos. Foram aprovados pelo Ministério da Educação por despacho ministerial de 6 de Julho de 1950.

² www.confederacaodascolectividades.com [consulta efectuada em 15-6-2014].

No ano de 1974, a Comissão Administrativa eleita em 21 de Junho toma posse em 25 do mesmo mês. Esta Comissão decidiu manter os estatutos desde que não implicasse com a nova ordem vigente. Assim em Janeiro de 1975 a Comissão aprovou as designadas “Bases Programáticas”³ que serviram de orientação para o trabalho do Movimento Associativo.

Em Setembro de 1987 realizou-se em Lisboa o Congresso da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, cujos novos estatutos aprovados foram publicados em Diário da República, III série, nº 41, de 19 de Fevereiro de 1989.⁴

Numa organização conjunta da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio (FPCCR) e da Federação Portuguesa das Colectividades do distrito do Porto, de Educação Recreio e Desporto, realizou-se em 1993 na cidade de Almada o 3º Congresso Nacional das Colectividades de Cultura Recreio e Desporto, com a presença de 700 colectividades. Neste Congresso, definiram-se algumas orientações sobre o trabalho a desenvolver e sobre a própria estrutura nacional do Movimento Associativo de base popular.

Em Abril de 2001 o 4º Congresso teve lugar na cidade de Loures, contou com cerca de 1200 congressistas em representação de 850 colectividades. Destacou-se a criação de uma estrutura coesa e organizada, abrangendo todo o Movimento Associativo de raiz popular, sendo a Confederação Portuguesa de Colectividades de Cultura Recreio e Desporto a entidade de topo, e com dois níveis de estruturas descentralizadas, a associações concelhias de colectividades no âmbito dos concelhos e as federações distritais ao nível dos distritos.⁵

Segundo os dados da Confederação durante os meses de Março e Abril discutiu-se em Assembleia Geral um novo projecto de estatutos e no dia 29 de Maio outorgou-se a escritura pública de alteração de Estatutos da FPCCR, transformando-a em Confederação Portuguesa de Colectividades de Cultura Recreio e Desporto (CPCCRD).⁶

Actualmente a CPCCRD com 90 anos, conta com cerca de 38 estruturas descentralizadas por todo o país, e mais de duas mil associadas, baseando a sua actividade no reconhecimento e valorização do Movimento Associativo Popular.

³ Ibidem.

⁴ Ibidem.

⁵ Ibidem.

⁶ Ibidem.

Estima-se que existam em Portugal mais de 18 mil colectividades e associações, com mais de 234 mil dirigentes associativos, envolvendo cerca de 3 milhões de associados.⁷

O associativismo tem sido alvo de vários estudos nomeadamente vocacionados para a sociologia, autores como Guiddens (2001), Carvalho (2002), Tocqueville (2002), Monteiro (2004), Viegas (2004), Franco (2006) entre outros, deram o seu contributo para o conhecimento da causa associativa. Segundo José Viegas (2004: 33), na última década do século passado, assistiu-se a um renovado interesse pelas questões do associativismo. O seu estudo consiste em analisar as *Implicações Democráticas das Associações Voluntárias*, comparando o caso português com outros casos europeus, revelando uma clara inspiração nas concepções liberais de Alexis de Tocqueville. A “democracia associativa” propõe uma delegação de poderes do Estado nas Associações, ou seja, não é possível existir democracia sem participação directa do povo. Neste modelo de democracia participativa os benefícios que advém das relações das Associações com o Estado, Viegas resume nos seguintes pontos: “1) os decisores políticos beneficiariam de uma melhor informação canalizada pelas associações institucionalmente organizadas; 2) os diversos interesses estariam representados de uma forma equitativa; 3) haveria um aumento da educação cívica dos cidadãos; 4) a participação das associações possibilitaria ganhos de eficácia governativa” (2004: 33). Por seu turno, Sandra Lima Coelho no seu estudo *Participação Social e Associativismo em Portugal* no âmbito de uma investigação a uma associação portuguesa de promoção “Comércio Justo” cita Viegas no sentido em que as actuais democracias se pautam por um distanciamento face ao poder político. Para a socióloga é importante uma efectiva participação popular, pois a democracia revelar-se-á muito mais forte (2008: 2).

“A nível micro-social, as associações voluntárias desenvolvem competências específicas e redes sociais que em conjunto, favorecem as condições para que os indivíduos atinjam os seus objectivos” (2004: 34). Este tema tem suscitado interesse científico no que diz respeito à realidade política e social, são prova os acordos entre as Associações e o Estado, particularmente pelas autarquias às Associações de Solidariedade Social, Culturais e Desportivas. Meister (1972) considera como associação todo o conjunto de indivíduos que voluntariamente utiliza os seus

⁷ www.confederacaodascolectividades.com [consulta efectuada em 15-6-2014].

conhecimentos ou actividades continuamente, tendo em vista a partilha dos benefícios da cooperação ou defender causas ou interesses (cit. in Viegas, 2004: 34).

No pensamento de Tocqueville as acções voluntárias, não inseridas na lógica de mercado, cujos interesses e orientações dos cidadãos se vêm canalizados através das associações informavam e moderavam o poder do Estado, ao mesmo tempo aumentavam a consciência cívica e política dos cidadãos (2004: 36). Actualmente o pensamento político recupera estas ideias, através da reformulação do conceito de sociedade civil e do papel das associações. “A sociedade funcionaria a três níveis: o estatal, segundo uma lógica de decisões coercivas e com vinculação universal no território que abrange; o mercado, em que os indivíduos actuam com objectivos de lucro em sistema competitivo; e por último, a sociedade civil, assente na acção voluntária e na livre associação dos indivíduos, sem fins lucrativos” (2004: 36).

Bouzas (2001:8) defende que “ a democracia em que vive a maioria das pessoas do mundo ocidental é na generalidade dos casos, meramente formal, com eleições periódicas, em que os diversos partidos políticos em cena fazem promessas de bem-estar que, em muitos casos, acabam por desaparecer por entre a poeira do esquecimento.” O autor sustenta que quem efectivamente faz com que a democracia funcione, são aqueles que acreditam na participação social, concretizando assim a cidadania através de acções como o voluntariado. Concluindo o pensamento de Bouzas, uma sociedade democrática, “só cresce em liberdade, participação e justiça quando os seus próprios cidadãos tomam consciência e tentam construir uma convivência mais humana” (idem, 2001:8).

Prever o futuro das associações é algo imprevisível, mas haverá sempre a solidão, debilidades de conhecimento, tempos de ócio e de vazio para preencher, é cada vez mais importante o papel do Movimento Associativo, sendo o voluntariado e benevolato as armas para colmatar a falta de resposta que o Estado não consegue resolver.

O Movimento Associativo tem tradições centenárias na construção dos valores humanos da solidariedade e da partilha. São muitos os cidadãos que ao longo dos anos, tem dedicado o seu tempo e seu empenho a favor da causa associativa, contribuindo de modo generoso e desinteressado para o desenvolvimento das comunidades e regiões (2009: 17).

O desenvolvimento cultural constitui um dos elementos estruturantes do país, para o qual o Movimento Associativo Cultural de base popular tem contribuído nas

últimas décadas no acesso das populações à fruição e criação cultural. As associações locais são um elemento fundamental no incremento da participação cívica, e como tal agentes de democratização no sentido da democracia participativa. Assumem-se assim como uma peça importante na participação para o desenvolvimento social dos cidadãos e da comunidade local⁸.

Segundo o Observatório das Actividades Culturais, a crescente expansão do terceiro sector (associações, fundações e cooperativas) no tecido cultural concorrem, factores como o aumento da procura de bens e serviços culturais e o incentivo do sector público à descentralização de responsabilidades. A orientação para a partilha de responsabilidades manifesta-se, por exemplo no apoio das políticas culturais públicas a redes de programação em diversos domínios. Numa lógica de investimento e sustentabilidade partilhados, as organizações do terceiro sector revelam-se figuras com notórias vantagens, por permitirem a reunião de capitais de diversa natureza (financeira, cultural, social, simbólica) para o desenvolvimento das actividades culturais. Trata-se de um instrumento amplamente explorado ao nível da administração local, verificando-se o estabelecimento de parcerias entre municípios e agentes locais já afirmados como associações e fundações (Gomes, Lourenço e Martinho, 2006: 79).

1.3 Concelho do Seixal⁹

O Concelho do Seixal integra-se no Distrito de Setúbal e pertence à Área Metropolitana de Lisboa (AML) - Sul, ocupa uma área de cerca 94 km², marginada a norte pelo rio Tejo e limitada administrativamente pelos concelhos de Almada, Sesimbra e Barreiro. Está dividido em 6 freguesias: Seixal (sede do Município), Amora, Arrentela, Corroios, Paio Pires e Fernão Ferro¹⁰.

O surto industrial iniciado em meados de oitocentos contribuiu para o despertar de uma forte consciência democrática e mutualista, originando o aparecimento de um grande número de associações culturais, recreativas e profissionais. Em 1848 (Machado, 1989: 22) foi fundada uma das mais antigas colectividades nacionais: a Sociedade Filarmónica Timbre Seixalense, que teve um papel destacado na difusão do gosto e da

⁸ www.cm-seixal.pt [consulta realizada em 12-01-2014].

⁹ Anexo A

¹⁰ www.cm-seixal.pt [consulta realizada em 12-01-2014].

prática da música a nível local, e cuja banda ocupa um lugar de relevo na história da música popular portuguesa.

Na década de 60 a instalação da Siderurgia Nacional e a construção da ponte sobre o Tejo alteraram profundamente a fisionomia do município do Seixal. Esta foi a causa principal do seu acelerado crescimento populacional e da expansão do sector terciário. O desafio do Poder Local é consolidar a coesão e a identidade, dotando-o de equipamentos culturais, desportivos e lúdicos, pelo propósito de bem servir a população, beneficiando o concelho com equipamentos colectivos (culturais, desportivos, escolares e associativos) que representam uma condição indispensável para a elevação da qualidade de vida da comunidade e a satisfação dos seus direitos socioculturais básicos (1989: 22).

O concelho do Seixal caracteriza-se por um Concelho de Abril, instituído na sequência da Revolução libertadora do 25 de Abril. Apesar da prioridade concedida à resolução dos problemas básicos até finais dos anos 70, o apoio a iniciativas culturais não foi descurado. Segundo Raul Machado (1989: 92) a concepção de cultura no município do Seixal perfilha-se:

“como elemento imprescindível para felicidade dos homens, um factor decisivo para o progresso social e para a realização da cidadania (...). Assim foi desde 1974. Mas hoje existem condições para reforçar e aprofundar a nossa intervenção nessa área, que se manifesta através de diversas formas de acção e animação cultural e desportiva (assumindo aqui especial relevo o apoio concedido a colectividades e outros agrupamentos socio-culturais); inventário, defesa e recuperação do património histórico e natural; promoção e dinamização da leitura pública; apoio aos estabelecimentos de ensino, na perspectiva de contribuir para a articulação das instituições formais e não formais no acto educativo; colaboração e ajuda às organizações juvenis, procurando que estas participem na política autárquica de desenvolvimento regional (...)”

Segundo a Agenda Municipal (2009: 69), a autarquia do Seixal têm contribuído para criar as condições de uma vida cultural, numa tentativa de contrariar os fenómenos decorrentes da degradação do sistema de ensino, da marginalização e do baixo nível cultural.

Um concelho que apresentava décadas de atraso, foi feito o diagnóstico das carências existentes e dos problemas trazidos pela especulação imobiliária, os principais

objectivos do Poder Local foram a construção de infra-estruturas de saneamento básico, abastecimento público de água, criação e reparação da rede viária, realização de equipamentos públicos nas áreas da educação, cultura, desporto, lazer e solidariedade social, bem como na preservação do património construído e natural (2009: 69).

Ao longo de três décadas, foram criados no concelho cerca de 100 estabelecimentos públicos de ensino pré-escolar, básico 1º, 2º e 3º ciclos, secundário, ATL e escolas profissionais, mais de 180 estabelecimentos de ensino privado, 3 polos da Biblioteca Municipal, 5 núcleos e 2 extensões do Ecomuseu Municipal, 2 auditórios municipais, 6 salas associativas de espectáculos e animação, 4 galerias de arte municipais, vários espaços culturais polivalentes, várias dezenas de novas colectividades e associações culturais, juvenis, desportivas e outras, 3 piscinas municipais, mais de duas dezenas de grandes e pequenas estruturas desportivas, dois pavilhões municipais e uma pista de atletismo, mais de 20 jardins públicos e parques urbanos.¹¹

1.4 O Associativismo no Município do Seixal

No caso específico do Município do Seixal, as colectividades de cultura e recreio desempenham um papel importante na vida das populações, quer no campo da música e da cultura popular, mas também no desporto amador e recreio.

Segundo António Nabais (1986: 11), não é possível conhecer a história do Concelho do Seixal sem o estudo do Movimento Associativo local, do qual desde a primeira metade do século XIX fez parte integrante do povo trabalhador do município. O escritor seixalense Manuel Oliveira Rebelo, nos anos 50 do século passado, diz o seguinte: “não é exagero afirmar-se que o Seixal vive para o colectivismo. A maioria da sua gente obreira e simples aglutina-se nas suas colectividades, para nelas distrair-se, educar-se e cultivar-se” (citado por Nabais, 1986:11).

O Movimento Associativo acompanhou todo o desenvolvimento industrial do concelho do Seixal, quer as colectividades de índole cultural e recreativa, quer os Montepios, foram estabelecidos pelos operários da construção naval, da indústria da cortiça, vidros, têxtil e também pelos pescadores da vila (1986: 13).

¹¹35 anos do 25 de Abril (2009), in *Agenda Municipal nº 32, Março/Abril*, p. 69

Na segunda metade do século XIX foram criadas as condições para que no concelho do Seixal surgissem várias associações recreativas e culturais, como a Sociedade Filarmónica Timbre Seixalense (1848), a Filarmónica União Seixalense (1871), a Sociedade Filarmónica Fabril Arrentelense (1872), a Sociedade Filarmónica União Capricho Aldeense (1888), Sociedade Musical 5 de Outubro (1883), a Sociedade Filarmónica Operária Amorense (1898) e a Sociedade Filarmónica Honra e Glória Arrentelense (s.d.). Nesta primeira fase as colectividades estavam mais voltadas para a música, mas com o desenvolvimento do cooperativismo no início do século passado, assiste-se à fundação de colectividades mais vocacionadas para o desporto e recreio, é o caso do Amora Futebol Clube (1921) Seixal Futebol Clube (1925), Independente Futebol Torrense (1925), Paio Pires Futebol Clube (1925) e Atlético Clube da Arrentela (1925) (1986: 14).

Durante o Estado Novo as colectividades foram importantes na luta contra o regime Salazarista, apesar do peso institucional que as foi desvirtuando com actividades pouco dinâmicas, o exacerbar nacionalista através da propaganda criada por António Ferro centrada na promoção da cultura popular, forjada na criação de tradições centenárias através de fragmentos de memórias locais. Queria que fosse o Estado a amparar as tradições musicais, poéticas e artísticas que eram património da nossa vida colectiva (Serrão, 1997: 511). As décadas de 30 e 40 marcaram uma era de desenvolvimento cultural, principalmente, para o sector artístico ligado à ala modernista marcadamente nacionalista, defensora do Estado interveniente e de uma visão idílica do povo como “o maior artista português” (Rosas, et. Brito, 1996: 356). Ferro tinha como objectivo criar uma arte nacionalista, aprimorar os padrões estéticos da sociedade, exacerbando o padrão cultural do povo, seguindo a leitura de artistas modernistas dos estudos de folclore e da etnografia e a orientação dos organismos de propaganda, como os da Itália e da Alemanha. Surgem realizações como a *Exposição de Arte Popular*, o *Teatro do Povo*, ou ainda o concurso *A Aldeia mais Portuguesa de Portugal* (idem, 1996: 357).

Por outro lado, deve acrescentar-se a estas razões a atitude que o fascismo sempre manifestou em relação a um fenómeno em que a junção das pessoas e a sua participação constituíam situações preocupantes. Convém não esquecer que durante quase meio século, as associações foram constituídas de acordo com um estatuto imposto e que os corpos gerentes só podiam tomar posse depois de devidamente visados pelas polícias políticas (Carvalho, 2001: 24). Mesmo assim não impediu que as

colectividades funcionassem como escolas de gestão democrática. Com o 25 de Abril de 1974, serão estas escolas que irão oferecer as bases para os sindicatos e poder local. Consolidado pela Constituição da República o Movimento Associativo toma novas feições, presente no artigo 46º rege-se pelos seguintes pontos:

1. “Os cidadãos têm o direito de, livremente e sem dependência de qualquer autorização, constituir associações, desde que estas não se destinem a promover a violência e os respectivos fins não sejam contrários à lei penal.
2. As associações os seus fins sem interferência das autoridades públicas e não podem ser dissolvidas pelo Estado ou suspensas as suas actividades senão nos casos previstos na lei e mediante decisão judicial.
3. Ninguém pode obrigado a fazer parte de uma associação nem coagido por qualquer meio a permanecer nela.
4. Não são consentidas associações armadas nem de tipo militar, militarizadas ou paramilitares, nem organizações racistas ou que perfilhem a ideologia fascista.”¹²

É então, que a cultura popular e os desportos amadores vêm dar uma nova dinâmica à população do concelho do Seixal.

1.5 Freguesia de Amora – Caracterização Cultural¹³

Amora, uma das seis freguesias do concelho do Seixal, com 27,31 quilómetros quadrados de área e segundo os censos de 2011 com uma população de 48 629 habitantes¹⁴. A freguesia foi elevada a Vila no dia 30 de Junho de 1989 e a Cidade em 20 de Maio de 1993.

A freguesia de Amora goza de uma situação geográfica privilegiada. Banhada por dois braços do rio Tejo e que facilita o contacto com o exterior por via fluvial. Por via terrestre um ponto de passagem importante, funcionando como parte do corredor que liga Lisboa ao sul do país.

¹² <http://www.parlamento.pt/> [consulta efectuada em 18-08-2014].

¹³ Anexo B.

¹⁴ www.jf-amora.pt/historiaepatrimonio [consulta efectuada em 17-6-2014].

Um dos mais interessantes testemunhos históricos é a olaria romana da Quinta do Rouxinol. Esta olaria fazia parte do complexo industrial da produção de preparados de peixe, que se desenvolveu no estuário do Tejo durante o período de ocupação romana (finais do século I a. C. a finais do século IV d. C.)¹⁵. Os fornos, ainda hoje visíveis, destinavam-se a cozer as ânforas nas quais era embalado o *garum* e outros preparados de peixes muito apreciados em Roma. O estabelecimento desta olaria neste local deveu-se à necessidade de obter, de forma fácil e rentável, a matéria-prima indispensável à produção da cerâmica. Em simultâneo, permitia o escoamento rápido de produtos destinados ao seu principal centro consumidor, *Olisipo*. O transporte por via marítima e fluvial era a maneira mais económica de escoar bens nas sociedades pré-industriais, por essa razão, esta implantação terá sido crucial para a rentabilidade económica deste centro oleiro (Santos, 2011:13).

A olaria romana da Quinta do Rouxinol foi alvo de campanhas de escavação arqueológica entre 1986 e 1991, no âmbito do projecto de investigação “Ocupação Romana na Margem Esquerda do Estuário do Tejo” hoje está classificada como Monumento Nacional¹⁶. Integrado na estrutura descentralizada do Ecomuseu Municipal do Seixal, o projecto museográfico adopta um discurso assumidamente didático, suportado em acervo e em elementos gráficos e audiovisuais representativos das produções cerâmicas locais e dos materiais de importação.¹⁷

Como outras povoações ribeirinhas do concelho do Seixal, Amora deve a sua origem e desenvolvimento à força atractiva dos esteiros do rio Tejo, que garantiram desde a Idade Média uma vida fluvial intensa. Os braços do rio Tejo, formaram vias fluviais que facilitaram a aproximação do conjunto de povoações que constituem o concelho do Seixal, e uma ligação permanente com Lisboa. Os moradores de Amora eram homens do mar, carreiros, mateiros, moleiros, trabalhadores e lavadeiras.¹⁸

Segundo Manuel Lima (2006: 14), Amora era uma das freguesias do termo de Almada, só a 6 de Novembro de 1836, sob a “Reforma Administrativa do Liberalismo”¹⁹, D. Maria II institui o município do Seixal. A partir de então, ficou a fazer parte deste concelho, juntamente com as freguesias do Seixal, Arrentela e Paio

¹⁵ www.aepg.pt [consulta efectuada em 17-6-2014].

¹⁶ www.academia.edu [consulta efectuada em 17-6-2014].

¹⁷ *Ibidem*.

¹⁸ www.jf-amora.pt/historiaepatrimonio [consulta efectuada em 17-6-2014].

¹⁹ Após a vitória do liberalismo, as reformas administrativas do século XIX, nomeadamente em 1836 com a publicação do primeiro Código Administrativo, implementando medidas descentralizadoras, trariam alterações administrativas ao território de Almada, que se veria apartado de metade da sua área que passou para o novo concelho do Seixal.

Pires. O território da actual freguesia de Corroios esteve integrado no de Amora até 1976.²⁰ Em 1895, quando o concelho do Seixal foi extinto, Amora voltou a pertencer ao concelho de Almada e as freguesias do Seixal, Arrentela e Aldeia de Paio Pires a fazer parte do concelho do Barreiro (2006: 15), voltando a pertencer ao município do Seixal em 1898, ano da restauração do concelho do Seixal.

Segundo dados da Junta de Freguesia de Amora, o núcleo populacional mais antigo desta freguesia formou-se em Cheira Ventos que outrora se designava Amora Velha. Mas a força atractiva do esteiro levou Amora a estender-se para junto do rio, ficando então constituída por dois núcleos principais – Amora de Baixo, à beira do rio e Amora de Cima, junto à Igreja Matriz.

Em 1384, Fernão Lopes (1983: 266) refere esta povoação ao localizar as galés do Mestre de Avis, que se encontravam abrigadas no braço do rio Tejo, que fica entre o Seixal, Arrentela e Amora, durante as lutas com os castelhanos.

“E nom embargamdo esto, os da villa sahiam fora esperar os Castelaãos em çertos passos; os quaaes hiam aa forragem pello termo, e a Sezimbra, e matavom delles e feriam em tanto que já nom ousavom dhir senom muitos juntos; e assi esperavom os que hiam nos batees a Arramtella e a Amora a rroubar, de guisa que huu dia matarom mais de triimta todos em huua lama, queremdosse collher aos batees e nom sabemdo o porto; e esta sahida e tornada quamdo queriam, era polla porta da barroca, que chamo Meyjjomfrio, que he comtra ho mar.”

Desde a Idade Média, vários fidalgos e a comunidade religiosa dos Carmelitas, tiveram em Amora propriedades como em todo o concelho do Seixal. Grande parte dos terrenos ribeirinhos do Tejo pertenciam a um Judeu, conhecido pelo nome de David Negro, o qual, para além das suas abastadas posses, foi almoxarife de D. Fernando e mais tarde valido da rainha D. Leonor (Lima, 2006: 17). Segundo Manuel Lima, terá sido este judeu, antigo proprietário da região de Amora, que terá estado na origem do topónimo *Rio Judeu* atribuído ao esteiro do Tejo, situado entre Arrentela e Amora. Pelo facto de David Negro tomar partido pelo rei de Castela, o ainda regente do reino de Portugal D. João, decidiu doar as propriedades da Margem Esquerda do rio Tejo a D. Nuno Álvares Pereira, onde manda edificar a sua Quinta de Amora. Foi esta mesma

²⁰ www.jf-amora.pt/historiapatrimonio [consulta efectuada em 17-6-2014].

Quinta, que mais tarde também veio a pertencer às infantas Maria Francisca Benedicta, irmã da rainha D. Maria I e Isabel Maria, filha de D. João VI, que é hoje conhecida com o nome de Quinta da Princesa (2006:17).

A partir da segunda metade do século XIX, a freguesia de Amora começa a sentir os efeitos da máquina a vapor. Em 1862 já existia uma fábrica de moagem e descasque de arroz. Alguns anos depois, em 1888 fundada a fábrica da “Companhia de Vidros de Amora”²¹. Este estabelecimento fabril, especialmente dedicado ao fabrico de garrafas e garrafões, foi o primeiro do género a ser construído no país, que até então se adquiriam em Inglaterra e Alemanha. Junto da fábrica foi construído um bairro operário, onde foram instalados os operários garrafeiros ingleses, mas devido ao *Ultimatum*²² inglês foram repatriados pouco tempo depois. Foram substituídos por 30 operários especializados oriundos de Hamburgo²³.

Os dados recolhidos pela Junta de Freguesia de Amora, afirmam que entre os vários efeitos provocados pela instalação desta fábrica, salienta o desenvolvimento do Movimento Associativo da freguesia. Sendo fundada em 1898 pelos operários garrafeiros a Sociedade Filarmónica Operária Amorense e em 1905 criada uma Caixa de Auxílio Mutuo²⁴. Outras indústrias se estabeleceram na região, nomeadamente nos sectores da cortiça, da reparação e construção naval e construção civil.

A partir de meados do século passado, a instalação da Siderurgia Nacional em Paio Pires, e a ligação a Lisboa através da ponte sobre o Tejo e da auto-estrada do sul, despoletaram uma explosão demográfica. Amora chegou a ser a freguesia do país que maior índice de crescimento alcançou, durante certos intervalos de tempo. A 20 de Maio de 1993, pelo projecto lei nº 63/VI, Amora adquire o estatuto de cidade, ficando a fazer parte da mesma importantes zonas urbanas como é o caso de Cruz de Pau, Paivas e Fogueteiro (Lima, 2006: 16). De acordo com a publicação *Diagnóstico Social do Concelho do Seixal* editada em 2012, pela Câmara Municipal do Seixal, a freguesia de Amora, com 27,3 km de área, é a maior das seis freguesias do concelho do Seixal.²⁵

²¹ www.jf-amora.pt/historiaepatrimonio [consulta efectuada em 17-6-2014].

²² O *Ultimatum* consistiu num telegrama enviado ao Governo português pelas autoridades inglesas, a 11 de Janeiro de 1890. A missiva exigia a retirada imediata das forças militares portuguesas mobilizadas entre Angola e Moçambique. Esses territórios correspondem aos actuais Zimbabwe e Malawi.

²³ www.jf-amora.pt/historiaepatrimonio [consulta efectuada em 17-6-2014].

²⁴ Ibidem.

²⁵ www.cm-seixal.pt [consulta efectuada em 17-6-2014]

1.6 Associações de Cultura, Recreio e Desporto identificadas na freguesia de Amora

Associações Cultura, Recreio e Desporto	Fundação	Sede
SOCIEDADE FILARMÓNICA OPERÁRIA AMORENSE	28-06-1898	SIM
AMORA FUTEBOL CLUBE	01-05-1921	SIM
CR CRUZ DE PAU	01-11-1954	SIM
CDR AGUIAS UNIDAS	01-01-1977	SIM
CCD PAIVAS	30-05-1979	SIM
GD CORRER D'AGUA	05-07-1980	SIM
CDR FOGUETEIRO	21-01-1984	SIM
GDR QUINTA DA PRINCESA	29-06-1984	SIM
ARTES ASSOCIAÇÃO CULTURAL DO SEIXAL	14-10-1989	SIM
ASSOCIAÇÃO NAVAL AMORENSE	18-07-1991	SIM
GRC CARIOCAS FUTEBOL CLUBE	1991	---
ADC AZINHAGA DAS PAIVAS	27-02-1996	SIM
MENSAGEIRO DA POESIA	20-10-1998	SIM
NNAV CABEÇO DE VIDE	10-01-2001	SIM
CD ASAS DO MILENIUM	28-04-2001	SIM
CLUBE DE CANOAGEM DE AMORA	2003	---
OS CONFRADES DA POESIA	2008	---
ART'ANIMA DO SEIXAL	04-08-2009	SIM
CLUBE DE ATLETISMO DE AMORA	01-08-2010	SIM
CLUBE DE PRATICANTES "LOBATOS VOLLEY"	15-11-2012	NÃO
RUAS - REVITALIZAÇÃO URBANA ARTISTICA DO SEIXAL	2011	---
CLUBE ADC FÉNIX	31-07-2013	NÃO
CENTRO COLUMBÓFILO DO FOGUETEIRO	---	SIM
GRUPO MOTARD OS LUSITANOS	---	SIM
MOTO CLUBE DO SEIXAL	---	SIM

(Fonte: Boletim informativo da JFA 2014, elaboração própria)

2. As colectividades em estudo

O modelo de análise contemplado para o estudo das seguintes colectividades, consistiu nas seguintes técnicas: entrevista, inquérito por questionário e análise documental. Optou-se pela entrevista pois permite recolher uma grande diversidade de informação e uma visão mais alargada do tema em questão.

O inquérito por questionário foi outra das técnicas utilizadas para a recolha de dados, este método tem como vantagem a possibilidade de quantificar os dados e

estabelecer análises de correlação. Os inquéritos por questionário foram enviados por correio electrónico às entidades do poder local, Câmara Municipal do Seixal, Junta de Freguesia de Amora e às colectividades seleccionadas para o presente estudo.

A construção do inquérito incluiu a identificação da associação e sua caracterização institucional, caracterização dos corpos sociais, as instalações, número de associados, quotização, objectivos, programação, financiamentos, receitas, despesas e por último as principais dificuldades com que se deparam actualmente.

Por fim foi analisada a técnica de análise documental. Analisaram-se os regulamentos de apoio ao Movimento Associativo. Analisaram-se também Estatutos, Relatórios de Contas e Actividades cedidos pelas Direcções das colectividades.

Segundo dados do Centro de Recursos do Movimento Associativo (CRMA), existem na freguesia de Amora 81 associações (Anexo O), sendo das 6 freguesias do concelho do Seixal, a freguesia com maior número de associações.

Pelo facto do presente Trabalho de Projecto não comportar um número tão elevado de investigação, a base para a selecção ocorreu no universo das associações de Cultura, Recreio e Desporto. Consideramos que através da dinâmica particular de cada uma delas, a população de Amora deu continuidade à rica tradição ligada ao Movimento Associativo Popular. A proximidade que se estabeleceu com o local e dirigentes associativos levou-nos à escolha das seguintes colectividades: a centenária Sociedade Filarmónica Operária Amorense, outra nascida na pós-Revolução de Abril de 1974, Centro Cultural e Desportivo das Paivas. O estudo continua com a análise da colectividade mais recente, instituída em 2013, Clube Associativo Desportivo Cinza Fénix e por fim a colectividade que se encontra inactiva, Clube de Ténis de Mesa de Amora. A selecção das seguintes associações foi orientada no sentido de diagnosticar casos de sucesso, casos decadentes, (neste ponto ressalvamos que foi identificada apenas 1 colectividade que se encontra encerrada mas não extinta, consideramos decadente, identificaremos as causas. Todas as outras associações, mesmo pequenas vão recebendo apoios e cumprindo o propósito para que foram instituídas, por esse motivo não foram seleccionadas para o universo das colectividades decadentes) e o caso mais recente. Identificamos as origens históricas, as actividades, as dificuldades e experiências. Devido à falta de documentação e até mesmo ausência de arquivo, incidiremos a análise dos inquéritos em dados actuais (2014).

2.1 Sociedade Filarmónica Operária Amorense (SFOA)

Colectividade fundada em 28 de Junho de 1898²⁶, por um grupo de operários garrafeiros, que entusiasmados por um dos seus gerentes e grande impulsionador de nome José Lourenço da Silva Gomes, fundaram aquela que inicialmente foi designada por “Sociedade Filarmónica dos Operários da Fábrica de Garrafas de Amora” (Lima, 2006: 230).

A primeira sede provisória e local de ensaios situava-se nas instalações da própria fábrica. Mas as várias crises na indústria vidreira do início do século XX, em função das greves e lutas operárias ditaram o fecho temporário da fábrica. Coincidindo com um período de prosperidade e expansão da referida indústria, em 1905 a colectividade aluga a sua primeira sede própria ao senhor Guilherme Gomes Duarte, localizada na Avenida Marginal Silva Gomes, e com apoios conseguidos por subscrição pública em 1907 constrói um coreto para as suas actuações (2006: 230).

Alguns anos mais tarde, os associados não garrafeiros, entre eles trabalhadores rurais, marítimos, pequenos comerciantes e proprietários, não se identificavam com o nome “Sociedade Filarmónica da Fábrica de Garrafas de Amora”. Manuel Luís de Carvalho administrador do concelho, morador em Amora e ligado à colectividade, obteve as condições necessárias para alteração da designação, nome que chegaria até aos nossos dias, Sociedade Filarmónica Operária Amorense.

A colectividade atravessaria diversas crises, nomeadamente com a Primeira Grande Guerra e a saída de alemães da fábrica, e durante a década de 20 com a migração de operários vidreiros para outros locais onde se exercia a mesma indústria.

Os primeiros ensaios foram ministrados por um engenheiro inglês de nome William Henry Alexander Gilman²⁷ que também foi gerente da fábrica de vidros, que tinha um gosto especial pela música. Outros maestros passaram naquele tempo pela Filarmónica, Álvaro Augusto de Sousa que década de 40 deixou saudades aos amorense pela sua bondade e forma de ensinar, esteve ao serviço desta colectividade durante vinte e cinco anos. Dedicava-se não só à música mas também ao teatro musicado, ensinando operetas, revistas e programas de variedades, chegou actuar em Lisboa, no Teatro Maria Matos, para a antiga Emissora Nacional (2006: 232).

²⁶ www.bandasfilarmonicas.com [consulta efectuada em 15-05-2014].

²⁷ www.sfoamorese.pt [consulta efectuada em 17-06-2014].

Em 1947 a colectividade viria a ser beneficiada com a oferta de uma parcela de terreno, por uma grande benemérita amorensense de nome D. Branca Saraiva de Carvalho, onde se construiu uma verbena e mais tarde se veio a construir a actual sede. Durante cerca de dez anos organizaram-se bailes, teatro, fados, concertos musicais, apresentações e palestras de assuntos diversos. A Verbena chegou a projectar filmes nos períodos de Verão.

No dia 20 de Julho de 1958 (2006: 236) foi inaugurada a nova sede. Ao longo de três anos os associados da colectividade foram erguendo o edifício que contemplava, entre outros espaços, salas de convívio, biblioteca, bar e cinema. Nas novas instalações, a SFOA contava com uma ampla sala de espectáculos, onde para além de haver representações cénicas, era possível projectar películas de cinema. O actual tesoureiro Carlos Frutuoso relata como funcionava o cinema antes do 25 de Abril de 1974.

“Lembro-me de filmes que enchiam sempre a sala, três e quatro sessões como a *Bíblia*, *Dez Mandamentos*, *Sarilho de Fraldas*, *Musica no Coração* (...). Eu era miúdo mas já assistia à reunião da direcção, e tinha a minha palavra também, e então tivemos a ideia de fazermos aqui a *semana mistério* (...). À segunda-feira colocávamos os cartazes de todos dos filmes que havia, mas não dizíamos o dia, a pessoa quando chegava é que sabia qual é que era o filme, afixávamos aqui, na Cruz de Pau, na Torre da Marinha, no Fogueteiro, tínhamos um individuo que dava a volta à freguesia da Amora para afixar os cartazes nas vitrinas que tínhamos por aí. Tínhamos sempre a sala com três quartos, um filme fraco estava meia sala, quando eram os filmes bons chegavam a esgotar, isto antes do 25 de Abril de 1974. Depois do 25 de Abril houve uma grande mudança na parte do cinema, fizeram outras salas com outros preços, as fitas eram diferentes também. As concorrentes da SFOA eram o cinema São Vicente em Paio Pires, depois apareceu o Ginásio Clube de Corroios e em Almada a Incrível.”²⁸

Em 1971, o amorensense José Carlos Correia Cunha tomou a iniciativa de lançar o apelo a toda a juventude para se inscrever na aprendizagem de música, esta iniciativa teve bastante êxito e com o apoio da direcção, convidaram dois monitores para darem continuidade ao projecto. Em 1979 foi aprovado o novo Projecto de Estatutos, que revoga os de 1933, inconstitucionais e ultrapassados juridicamente (2006: 238), a

²⁸ Conversa com o tesoureiro Carlos Frutuoso no dia 5 de Maio de 2013, a conversa integral está presente no Apêndice 1.1.

Filarmónica Operária Amorense era uma das mais apreciadas do país, sendo composta por trinta e três jovens elementos, com idades compreendidas entre os onze e os vinte anos, alguns dos quais do sexo feminino.

Fernando Rocha sócio há 56 anos foi presidente da SFOA no ano de 1974, tendo regressado para o mesmo cargo em 2007 até Março de 2013. Ninguém queria assumir essa responsabilidade, “tinham receio, não conheciam bem a realidade do que é ser dirigente, na altura não havia problemas o cinema ia pagando tudo, pouca gente tinha televisão, vinham ver filmes, a sala tinha capacidade para quinhentas pessoas, talvez grande demais.”²⁹ Relativamente às mudanças que o pós 25 de Abril trouxe, o ex-dirigente confessa:

“Em 1974 não se notou nada e em 1975 também não, porque a Câmara Municipal ainda não estava institucionalizada e não havia dinheiro do Governo para ceder à cultura e ao desporto, mas a partir de 1976 ficou assente na Constituição Portuguesa o apoio ao desporto e à cultura, o próprio Estado fazia canalizar através da Câmara verbas para as colectividades. A Câmara Municipal do Seixal fomentou o associativismo e ajudou a crescer muitas colectividades, a maior parte vieram depois do 25 de Abril, centenária só existe a SFOA aqui na Amora”.

Até aos anos 80 a Filarmónica vivia da música com a banda e escola, do cinema e teatro. Mas a constante quebra do cinema e teatro, levou a que as direcções se adaptassem à nova realidade, nos anos 80 e 90 apostaram em modalidades desportivas.

“No teatro esta casa teve muita tradição, ainda na antiga sede faziam-se teatros havia aqui pessoas que tinham muito jeito, a família do Arsénio Guilherme Baptista em especial o Guilherme, era um poeta tem muitos versos feitos e escrevia peças. Nessa altura também se vivia do cinema, mas nos anos 80 as direcções trouxeram o desporto, o Karaté, o Taekwondo e as Danças de Salão que entram também no desporto. Depois nos anos 90 houve outra modalidade que destruiu a capacidade financeira da colectividade que foi o Futsal, este género de desportos numa colectividade destas não dá, não temos instalações para isso, depois é preciso comprar equipamentos, desde as balizas até às bolas, pagar a um treinador ou dois, e depois alguns jogadores já recebiam

²⁹ Conversa com Fernando Rocha no dia 14 de Maio de 2013, a conversa integral está presente em Apêndice 1.

dinheiro, os almoços, as deslocações. Mas tivemos uma boa equipa, jogaram na primeira divisão nacional, jogaram com o Benfica, Sporting e Porto.”

Na opinião de Fernando Rocha, a SFOA tem vindo a contribuir para a cultura da comunidade da cidade de Amora, formando músicos e atletas do sexo masculino e feminino.

“É um polo cultural e desportivo que ajuda e vai continuar a ajudar toda a população da nossa cidade, em especial da zona ribeirinha, a prova é que a sua história pode dizê-lo, milhares de pessoas que se formaram aqui como músicos e atletas, homens e mulheres que através da nossa colectividade conseguiram aprender qualquer coisa de útil para a sua vida e muitos estão a usufruir disso, é uma prova que a colectividade está viva.”³⁰

A Banda Filarmónica e a sua escola são a bandeira desta colectividade, os milhares de jovens que se formaram e formam são o orgulho dos dirigentes, pela sua importância na preparação dos futuros músicos nacionais e bandas militares. Actualmente a banda é dirigida pelo Tenente Coronel Jacinto Montezo, antigo maestro da banda da Guarda Nacional Republicana, conta com cerca de trinta alunos. Segundo Carlos Frutuoso para manter de pé uma colectividade como a SFOA, são imprescindíveis algumas receitas que se vai conseguindo obter através da Câmara Municipal do Seixal e Junta de Freguesia de Amora.

“A ajuda é feita através dos Contratos-Programa que são subsídios da Câmara, em troca cedemos o salão, fazemos actividades desportivas na rua como provas de atletismo, e o cicloturismo. Sempre que há festas fazemos representações nossas, estamos à disposição mesmo para eventuais espectáculos que a Câmara queira fazer. A Junta de Freguesia tem sido um pilar para esta casa.”

Todos os instrumentos são propriedade da SFOA, são cerca de sessenta instrumentos a funcionar e outros trinta ou quarenta parados que supostamente seriam para integrar no museu, o ex-dirigente afirma que sempre foi sua vontade ver toda a colecção da colectividade organizada numa sala específica, mas não existe espaço, quando foi construída não pensaram nessa possibilidade. O objectivo seria expor as

³⁰ Depoimento de Fernando Rocha em 14 de Maio de 2013, conversa integral encontra-se no Apêndice 1.

fardas, objectos musicais, fotos, medalhas, taças entre outros artefactos de forma organizada, sendo necessário inventariar toda a colecção dando assim continuidade à história e memória da única Sociedade centenária na freguesia de Amora.

Em relação aos espaços e valências a Filarmónica comporta, Sala de Espectáculos, Camarins, Palco, Salão Nobre, Ginásio, Balneários, Sala de Música, Sala para Reuniões, Biblioteca, Secretaria e Bar. A área total do edifício ronda os 600 metros quadrados.

Actualmente os órgãos sociais da SFOA eleitos para o biénio 2013/2015, são compostos por 20 elementos, 18 do sexo masculino e 2 do sexo feminino. A Mesa da Assembleia Geral é composta por: Armando Jorge Pequeno (Presidente), Mário Albino Ribeiro Cristóvão (Vice-Presidente), Paulo Jorge M. Ribeiro (1º Secretário) e Hugo Manuel Troncão Beldroegas (2º Secretário). Na Direcção constam: Alexandre Armando dos Santos Gil (Presidente), Fernando João B. Morgadinho (Vice-Presidente Área Desportiva), Carlos José Gonçalves Frutuoso (Tesoureiro), João Manuel de Campos (Secretário), Hélder Primo Peixoto (Vogal), José António Prates Catarino (Voga), Manuel Madeira Anastácio (Vogal), Nuno Alexandre Mateus Rosa Pires (Vogal), João Manuel Fernandes Ramos (Vogal), Nelson Jorge Soares Ferreira (Vogal), Maria Gertrudes Figueiredo de Campos (Vogal), António Matias Ferreira da Silva (Vogal) e Nuno da Conceição (Vogal). Relativamente ao Conselho Fiscal é composto por: Maria Conceição Rodrigues Lousada (Presidente), João António Pires Tenreiro (Secretário) e José João Rego Arada (Relator).

A faixa etária do dirigente mais novo situa-se nos 40 anos, o dirigente mais velho nos 70 anos, ambos do sexo masculino, não frequentaram qualquer formação para dirigentes. Em relação ao nível de escolaridade dos corpos gerentes não foi devolvida qualquer informação.

Relativamente ao número de sócios, segundo os dados da secretaria da SFOA conta com cerca de 1300 sócios, deve-se ao facto da colectividade ter uma grande diversidade de modalidades e de cada individuo que queira participar nas actividades ter que se inscrever como sócio da mesma. A Filarmónica efectuou a última renumeração de sócios em 2013. O valor anual das quotas são 12 euros. O seguinte quadro indica que a colectividade para a época de 2014 obteve 242 inscrições, sendo o Taekwondo, a Zumba, a Banda Filarmónica e as Danças de Salão as modalidades com maior número de inscrições. Os restantes associados não praticam modalidades, enquadram-se no lote de sócios “amigos da SFOA”.

Cultura	
Modalidade	Número de inscrições
Banda Filarmónica	30
Escola de Música	15
Guitarra	13
Teclados	1
Teatro	15
Desporto	
Aikido	3
Taekwondo	70
Danças de salão	25
Hip Hop	17
Ballet	7
Zumba	46
Pilates	----
Ginástica	----

(Fonte: Secretaria SFOA. Elaboração própria)

O objectivo para o mandato da actual Direcção, consiste em dinamizar e promover a colectividade. Para que tal seja possível, a SFOA aposta nos eventos de maior relevo: “Festibandas” e “Workshop de Taekwondo Acrobático”. Em Maio de 2014, à semelhança de anos anteriores, realizou-se a *V edição do Festibandas - Festival de Bandas Filarmónicas*, promovido pela própria colectividade com o apoio da Junta de Freguesia. Segundo informação da Junta de Freguesia de Amora, esta iniciativa contou com a participação das bandas da Sociedade Filarmónica Perpétua Azeitonense, da Carris e da SFOA. Desfilaram pelas ruas da freguesia até ao Coreto, onde tocaram os seus respectivos hinos, os concertos prosseguiram na sede da SFOA.³¹ Em relação ao Workshop de Taekwondo Acrobático consiste em realizar uma mostra da modalidade, em 2014 teve a participação do atleta de Artes Marciais britânico Aaron Gassor, nas instalações da SFOA.

Os eventos são financiados através do Contratos-Programa da Câmara Municipal do Seixal e Junta de Freguesia de Amora, à excepção dos bailes, inseridos nas actividades de lazer da colectividade. Segundo a Direcção da SFOA, as receitas que vão somando através das quotas, eventos e aluguer do bar, não são suficientes para suportar as despesas mensais. A Banda Filarmónica e a Escola de Música são as actividades que

³¹ www.jf-amora.pt [consulta efectuada em 28-09-2014]

exigem maior esforço financeiro, nomeadamente para aquisição e manutenção dos instrumentos, fardas e em deslocações para actuações.

A principal dificuldade com que a Filarmónica se depara actualmente é o recrutamento de novos elementos para a Direcção da SFOA.

2.2 Centro Cultural e Desportivo das Paivas (CCDP)

Remonta a meados de 1966³², quando um grupo de crianças se reunia para a prática de futebol e pela iniciativa de alguns moradores foi baptizado de Clube Infantil das Paivas, que desfrutava clandestinamente de uma propriedade camarária da Quinta do Conde. Nesse tempo era habitual parar-se em Paivas, junto à Estrada Nacional nº 10 e assistir-se à prática de modalidades desportivas, nomeadamente jogos de mini-futebol com equipas mistas. Estiveram na sua origem os seus primeiros associados António Pires de Matos, Virgílio Antunes Flambó, Mário Neves e Fernando Gomes dos Santos³³. Apesar das dificuldades resultantes da falta de sede própria, e a destruição do campo provisório na Quinta do Conde, e a evolução da urbanização do local o Clube resiste. Nas Paivas a população residente uniu-se e em 9 de Dezembro de 1974 iniciou uma obra ambiciosa, que tinha como objectivo a construção de um equipamento que permitisse a prática de recreio, cultura e desporto. Através dos seus sócios ressurgiu a estrutura popular Clube Infantil de Paivas e na determinação de legalizar o clube, os sócios constituem uma escritura lavrada em 21 de Setembro de 1975 (1986: 54), uma associação denominada por Clube Vitória de Paivas, pensa-se que a denominação se deve ao conjunto de vitórias que o clube ia alcançando.

Mais tarde no ano de 1978, com o apoio dos moradores que desdobravam-se em apoio à Comissão de Moradores e ao Clube Vitória de Paivas, e com base nessa entejuda, em 25 de Fevereiro de 1978 surge em Assembleia Geral uma proposta do sócio número 1 António Pires de Matos, sendo a mesma aprovada por unanimidade a alteração de designação do Clube Vitória de Paivas, para Centro Cultural e Desportivo das Paivas. Esta alteração é exarada em escritura pública no segundo Cartório da Secretaria Notarial de Almada, em 30 de Maio de 1979, pelos sócios designados, António Pires de Matos, Francisco José Albano Amiguinho, e Francisco Augusto

³² www.ccdpaivas.com [consultada efectuada em 17-07-2014].

³³ Ibidem.

Caramelo. Surgem os primeiros Corpos Gerentes do Centro Cultural e Desportivo das Paivas, eleitos em 4 de Dezembro de 1978 em Assembleia Geral³⁴.

Ao longo das três décadas de vida o Centro Cultural e Desportivo das Paivas dinamizou junto dos seus associados diversas modalidades desportivas, mantendo-se ainda hoje em plena actividade. Esta instituição encontra-se inscrita na “Associação Distrital de Futebol de Setúbal”, nas “Federações Nacionais de Judo, Karaté, Aikido e Ginástica”, no “INATEL” e na Confederação Nacional das Colectividades e Associações de Cultura e Desporto” (2006: 279), hoje designada Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura Recreio e Desporto.

No domínio cultural o CCDP promove desde a sua fundação actividades como o Coro Alentejano e o Ballet (primeira sala do concelho), estendendo-se às Danças de Salão e à Escola de Música. Em finais dos anos 70 e princípios dos anos 80 a colectividade chegou a ter um *Grupo de Intervenção de Teatro Amador* (GITA), assim como um grupo instrumental de música popular portuguesa, designado por *Fuso e Roca*. Sendo umas das colectividades do concelho do Seixal que disponibiliza o maior número de modalidades foi reconhecido e distinguido em 1991 (2006: 281), com o estatuto de “Utilidade Pública” e em 2002 com a “Medalha de Mérito Desportivo do Município do Seixal”.

Actualmente o Centro Cultural e Desportivo da Paivas é composto pelos seguintes Corpos Sociais eleitos para o biénio 2014/2016: Mesa da Assembleia Geral: José da Costa António, Manuel Martins Nobre, Rafael Neves dos Santos, António Calado Braga, a Direcção conta com António Francisco Monteiro Pepe, Manuel António Barreira Pires, Carlos Manuel Silva, Nelson Miranda da Silva, João B. Queiroz S. Almeida, Paulo Barroqueiro, José António Pereira, Carlos Alberto Coelho Laranjeira, David Manuel Silvestre Pires, Arménio José Pinto Assunção, Carlos A. R. Fernandes, no Conselho Fiscal, Jacinto Colaço Costa, Manuel Quintinho Godinho e Fernando Teixeira Félix. Não existem dirigentes do sexo feminino, mas já existiram em anos anteriores.

Relativamente às idades, o dirigente mais novo tem 21 anos, é familiar de outro dirigente e desde muito cedo que pratica modalidades no CCDP, o mais velho tem 74 anos e está na direcção do clube desde 1980. Em relação ao nível de escolaridade, a maioria (13 num universo de 18) dos dirigentes tem formação dentro do 1º Ciclo (antiga

³⁴ www.ccdpaivas.com [consultada efectuada em 17-07-2014].

4ª classe).³⁵ Todavia em termos de formação António Pepe é o único membro que frequentou os cursos de formação para dirigentes associativos, oferecido pelo Centro de Recursos do Movimento Associativo da Câmara Municipal do Seixal. A Área de Apoio ao Movimento Associativo promove semestralmente um conjunto de acções de formação destinadas a dirigentes associativos, funcionários e colaboradores. Os programas estão inseridos em várias áreas de interesse, como a Informática, os Recursos Humanos, a Fiscalidade, entre outras. O objectivo do Centro é fornecer algumas ferramentas de apoio aos participantes, que lhes permitam realizar uma gestão mais eficiente das associações/colectividades.³⁶

Após várias obras e remodelações efectuadas pelos antigos e actuais dirigentes, é com orgulho que o actual Presidente de Direcção António Pepe fala das instalações, o Clube cresceu e adaptou-se às necessidades actuais. Actualmente os espaços e valências que a instituição suporta são: a Secretaria, Sala de Direcção, Sala de Reuniões, Sala de Jogos de Mesa, Sala de Artes Decorativas, Sala do Grupo Coral, Bar, Salão para a prática de Ginástica, Karaté Shotokan, Danças de Salão, Zumba Fitness, Capoeira, Aikido, Judo, Hip Hop e Yoga. A Sala de Ballet, 1 Sala de Espera, 4 Balneários, 1 Lavandaria, 1 Oficina, espaço para treinos de Futsal, espaço para Jogos Tradicionais e um Polidesportivo.

Em relação ao número de sócios, António Pepe relata que quando chegou à colectividade em 2005, existiam 1880 sócios mas chegou à conclusão que a maior parte dos associados já tinham desistido ou falecido. Procedeu-se à actualização e renumeração dos sócios e actualmente o Clube conta com 289 sócios, todos com as quotas regularizadas. A renumeração de sócios é realizada de 5 em 5 anos. O valor anual das quotas para cada sócio do CCDP são 12€. O seguinte quadro regista as modalidades para a época de 2014/2015, verificamos 4 modalidades que ultrapassaram as duas dezenas de inscrições, no desporto, Karaté Shotokan, Futsal e as Danças de Salão, em relação às modalidades culturais apenas o Ballet arrecadou o maior número de inscritos.

³⁵ Inquérito realizado presencialmente a António Pepe, Presidente de Direcção em 8-9-2014.

³⁶ www.cm-seixal.pt [consulta efectuada em 14-09-2014].

Cultura	
Modalidade	Número de Inscrições
Artes Decorativas	2
Ballet	25
Bilhar	Sem inscrições
Grupo Coral	Sem inscrições
Iniciação à Guitarra	---
Jogos Tradicionais	Sem inscrições
Desporto	
Aikido	8
Capoeira	10
Danças de salão	32
Hip Hop	4
Futsal	34
Ginástica de Manutenção	19
Judo	10
Karaté Shotokan	44
Yoga	---
Zumba Fitness	---
Aeróbica Localizada	7
Muay Thai	9

(Fonte: Secretaria CCDP. Elaboração própria)

Segundo a secretaria do CCDP, o Bilhar, os Jogos Tradicionais e o Grupo Coral, não têm inscrições visto não terem participações fixas. Como verificamos o Clube em 2014 registou 204 inscrições nas modalidades supra mencionadas, não sendo necessário ao atleta associar-se para praticar qualquer modalidade do Clube. Não sabemos quantificar se os números de inscritos pertencem ao universo dos 289 sócios, sabemos que existem associados que se tornaram sócios pela história e memória que tem o CCDP. Segundo António Pepe, o sucesso do CCDP deve-se à capacidade de adaptação às novidades que vão surgindo, entende que o Clube vem atingindo os seus objectivos, pela diversidade de modalidades que vem oferecendo à população do concelho do Seixal.

Os objectivos estatutários do Clube segundo o artigo 2º, *têm por fim a promoção cultural dos sócios, através da educação física e desportiva e acção recreativa e intelectual, visando a sua formação humana integral, encontrando-se aberto a pessoas*

de ambos os sexos.³⁷ Contudo o Presidente de Direcção acrescenta que os objectivos do seu mandato são: “não deixar baixar os níveis de oferta desportiva e cultural e manter a estabilidade financeira do Clube”.

A oferta desportiva que o Clube proporciona, faz com que se alie aos eventos de maior relevo promovidos pelo Município do Seixal, são eles os “Jogos do Seixal”, e as “Férias Desportivas”. Os “Jogos do Seixal” acontecem entre os meses de Abril e Junho. Em 2014 o CCDP participou com a equipa de iniciados de Futsal, cujo torneio envolveu 1300 atletas. No âmbito das “Férias Desportivas” segundo António Pepe é o evento que organiza com mais prazer, envolve cerca de 100 jovens e proporciona aos jovens da área circundante a possibilidade de no mês de Julho terem acesso ao programa, realizadas no período das férias escolares, o dirigente confessa que mesmo para pais com dificuldades a colectividade não veda o desporto aos jovens.

“Nós cobramos num mês o que as outras colectividades cobram numa semana, se não têm dinheiro ou têm os pais desempregados não deixam de fazer as férias, temos todos os anos entre dez a quinze alunos que não pagam, há vinte anos que é assim (...). As actividades são o Futsal, Andebol, Basquetebol, Voleibol, Ténis de Mesa, Jogos Didácticos, Xadrez. Fora das instalações têm natação na Piscina de Amora, Canoagem, o Parque de Jogos da Verdizela e o Complexo de Atletismo Carla Sacramento em conjunto com a Junta de Freguesia de Amora e a Câmara Municipal do Seixal. Os monitores foram nossos alunos que frequentaram as nossas férias uma série de anos, a dada altura passam a monitores e são remunerados”.³⁸

Segundo António Pepe além da componente cultural e desportiva o clube apresenta uma grande dinâmica a nível social, o projecto foi baptizado de “*Semana Solidária*” a publicidade é partilhada no *site* do Clube e chegam a recolher cerca de oitocentos quilos de alimentos e trezentos quilos de vestuário. A recolha de alimentos ocorre todos os anos durante o mês de Maio, a população circundante desloca-se à sede do CCDP sita na Rua Rainha D. Leonor - Paivas para doar os alimentos, que são direccionados à Junta de Freguesia de Amora, que através do Pelouro de Acção Social faz chegar às pessoas carenciadas da freguesia de Amora. Relativamente ao vestuário, o

³⁷ www.ccdpaivas.com [consultada efectuada em 17-07-2014].

³⁸ Conversa com o Presidente de Direcção António Pepe realizada no dia 10 de Maio de 2013. A conversa integral pode ser consultada no Apêndice 2.

Clube está apto para receber as doações todo o ano que tomam o mesmo rumo dos alimentos.

Existe a preocupação por parte dos dirigentes em dar continuidade à missão do CCDP, nomeadamente consciencializar os jovens a integrar as direcções e participar nas actividades culturais e de recreio. José António, Presidente da Assembleia Geral e membro do Grupo Coral Operário Alentejano conta que quando entrou para a colectividade no início dos anos 80 as pessoas eram muito mais activas.

“Vim para aqui em 1980, a Direcção formou-se em 1979, comecei a fazer parte da Direcção assim que entrei na colectividade, passei por algumas Direcções, existe uma relação muito directa entre o Grupo Coral e as Direcções. Quando entrei, esta colectividade estava muito activa em termos de cultura, havia muito movimento, agora mesmo com as dificuldades está aguentar-se.”

António Pepe reage negativamente a esta realidade dizendo que tem sofrido pelo facto dos mais velhos não quererem ou não saberem integrar os jovens nas colectividades, “estas colectividades precisam de ser alimentadas pelos idosos e pelos jovens (...). Ter um papel activo é muito difícil, têm as suas famílias, depois é o trabalho, temos de abdicar do apoio à família para estarmos aqui”. Existe por parte de alguns dirigentes, o receio dos jovens desfazerem o que foi construído com o sacrifício dos mais antigos, António Pepe apelida de “carolice”. Acrescenta que é necessária a presença dos jovens nas associações, transmitem outros conhecimentos, ideias novas, são o futuro das colectividades. Muitos dos fundadores e associados que construíram o CCDP assim como outras colectividades do concelho, fundadas no pós 25 de Abril de 1974, estão a envelhecer, transitando para as Associações de Reformados. Também a televisão quebrou a ida das pessoas às colectividades, na visão do dirigente estes são alguns dos motivos para a crise no Associativismo Cultural, Desportivo e Recreativo.

Actualmente as instalações do CCDP acolhem cerca de 400 alunos da Universidade Sénior do Seixal (UniSSeixal), onde praticam diversas actividades todos os dias da semana das 8:00 às 17:00 horas, leccionadas por professores aposentados. O quadro em anexo indica os dias da semana onde as actividades se inserem:

Actividades	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Coro Polifónico	X			X	
Danças Tradicionais			X		X
Danças Populares		X			X
Tuna	X			X	
Técnicas de Relaxamento			X		X
Biodança		X			X
Aulas de Acordeão	X		X		
Iniciação à Guitarra	X			X	
Cavaquinhos			X		X
Teatro	X		X		X
Yoga		X		X	

(Fonte: António Pepe Presidente de Direcção do CCDP, elaboração própria)

O encerramento das Actividades Lectivas culmina com uma “Noite de Teatro” a convite do Conselho Directivo, nas instalações do CCDP.

Relativamente à colecção do clube, o actual presidente assume o seu interesse em organizar os troféus do clube, afirma que a dada altura começou a inventariar a secção do Grupo Coral que serão cerca de três mil artefactos, mas a falta de tempo e conhecimentos forçaram o dirigente a desistir. “Até dada altura eu dei-me ao trabalho de ir classificando os troféus, havia um livro onde estava registado mas perdeu-se. Mas está aqui um livro do Grupo Coral”. É com orgulho, que apresenta a história do Grupo Coral Operário Alentejano num volume policopiado intitulado *Tempo*, redigido pelo próprio, onde faz uma compilação dos momentos marcantes do Grupo Coral. O volume conta com 603 páginas, desde a fundação em 1975 até 2001, onde constam dezenas de documentos como: reuniões, mapas de saídas, convites para eventos, fotografias, cartazes, mapas de ensaios, folhas de despesas e respectiva história/descrição de cada momento. A finalidade do Grupo Coral Operário Alentejano é manter-se ligado ao Alentejo e fiel à sua cultura, cuja maior expressão encontra-se no seu tradicional canto.³⁹

Sendo a cidade do Seixal Município de Abril, os eventos em torno das comemorações do 25 de Abril de 1974 estendem-se ao Movimento Associativo. No caso específico do CCDP todos os anos assinala um programa comemorativo do aniversário que geralmente costuma ter início em meados do mês de Março. Em 2014 assinalou-se os 40 anos sobre a Revolução e o Clube contou com actividades como

³⁹ www.ccdpaivas.com [consulta efectuada em 29-09-2014].

Revista à Portuguesa, Torneio de Futsal Juvenis, Torneio de Sueca, Torneio de Damas e Dominó. No dia 25 de Abril os festejos tiveram início às 8:00 horas e finalizaram às 17:00 horas, o seguinte quadro pormenoriza o acontecimento:

Programa das Comemorações do 25 de Abril 2014	
08:00	Música alusiva à data
09:00	Exposição de desenhos elaborados pelos Escuteiros de Amora
10:00	Continuação dos grafitis no muro exterior/Início do Torneio de Malha
12:30	Almoço comemorativo do 25 de Abril
14:00	Início do Torneio de Petanca/Torneio de Falha
15:00	Futsal - Jogos com diversos escalões do CCDP
17:00	Entrega de prémios

(Fonte: Folheto CCDP, elaboração própria)

Esta colectividade afirma que tem alcançado os objectivos que visam servir a população local e o concelho do Seixal, a promoção cultural dos sócios, através de educação física e desportiva, acção recreativa e intelectual. Os apoios da Câmara Municipal do Seixal e a Junta de Freguesia de Amora, através dos Contratos-Programa têm sido imprescindíveis para o funcionamento do CCDP, nomeadamente na construção, manutenção e remodelação de instalações do Clube, na organização de eventos de especial importância, na supervisão das actividades, espaços desportivos municipais, apoio com transportes, aquisição e renovação de material desportivo, entre outros.

Os dados referentes ao ano de 2013 indicam que o Clube participou em Projectos Comunitários, como por exemplo, Seixalíada, Jogos do Seixal, Férias Desportivas e Agita Seixal⁴⁰. Contudo a Direcção do Clube reforça que através da sua fonte de receitas (quotas, mensalidades dos alunos, aluguer do bar, eventos), o clube consegue fazer face às despesas mensais inerentes ao funcionamento das actividades tais como: água, luz, impostos (IMI, IUC, IVA, IRC), seguros, contabilidade, professores e funcionários.

Segundo dados da JFA, em Março de 2014 as instalações do CCDP acolheram o I Convívio do Movimento Associativo da freguesia de Amora. De modo a promover um associativismo forte e dinâmico, debateram-se temas como: as dificuldades dos dirigentes associativos e a necessidade de formar novos dirigentes, o atletismo, as Férias

⁴⁰Análise da Apresentação de Proposta para Celebração de Contrato-Programa referente ao Programa de Desenvolvimento Desportivo, nas instalações do CCDP em 08-09-2014.

Desportivas, actividades físicas para a população sénior, o Futsal, actividades náuticas e a comunicação⁴¹.

2.3 Clube Associativo Desportivo Cinza Fénix (CADCF)

Em 31 de Julho de 2013, na localidade de Amora, nasce o Clube Associativo Desportivo Cinza Fénix. Sob forma de inquérito, o seu Fundador/Presidente Paulo Gonçalves, informa que o emblema do Clube, a Fénix representa “o renascer”. Esta designação surge pelo facto de ser um Clube que foi criado de raiz, após o desentendimento de alguns pais no anterior clube do qual fazia parte.

Actualmente treinam na Escola Secundária de Amora (ESA), com os escalões de Petizes, Traquinas e Benjamins, e no Clube Recreativo das Cavaquinhas os escalões de Infantis, Iniciados e Juvenis.

Os actuais elementos do CADCF são dirigentes desde a sua fundação, assim na Mesa da Assembleia Geral constam: Paulo Jorge do Nascimento Gonçalves (Presidente do Clube e da Mesa), José Carlos Melo Rodrigues (1º secretário) e António Henrique de Oliveira Nunes (2º secretário). Direcção: Tânia Sofia da Silva Fernando Domingues (Presidente), Paulo Jorge Gomes Fernandes (Director Desportivo e Coordenador de toda a Formação), Joel Marcos Ferro Soares (Director de Marketing e Imagem Social do Clube) e Ana Cláudia Ferreira Velosa Rodrigues (Vogal). Conselho Fiscal: Sandra Eufémia da Silva Fernandes Gonçalves (Presidente), Sónia Cristina Nunes Lopes Dias (Secretária) e Alexandre Miguel da Silva Camacho (Vogal).

Como podemos verificar, existem 3 elementos do sexo feminino e 6 do sexo masculino. Em relação à idade dos dirigentes, o dirigente mais novo completa 31 anos e o dirigente mais velho 45 anos, ambos do sexo masculino. A escolaridade dos órgãos sociais do CADCF vai desde o nível secundário ao nível superior, segundo Paulo Gonçalves não frequentaram Formação para Dirigentes Associativos.

No momento da resposta ao inquérito, o clube contava com 65 sócios, sendo que para praticar a modalidade é necessário que o atleta tenha que se inscrever como sócio do mesmo, em Setembro de 2014 o clube tinha 60 atletas inscritos, no entanto existem indivíduos que se associam sem o intuito de praticar qualquer modalidade. O valor

⁴¹ Boletim informativo da JFA 2014

anual da quota são 10 euros. O recrutamento dos atletas é efectuado através de publicidade, agendando treinos de captação mas também pelos atletas já existentes no Clube.

Nas palavras do Presidente, o objectivo para o mandato passa por “promover a prática do Desporto na comunidade a todos os jovens de ambos os sexos, contribuindo assim para um melhor desenvolvimento físico, psicológico e motor dos jovens da nossa comunidade”⁴². Em 2014 a programação do CADCF contou com a participação em vários torneios dentro das modalidades de Futsal e Futebol 7. O evento de maior relevo foi a participação no Campeonato Distrital no escalão de Benjamins através da Associação de Futebol de Setúbal.

Considerando as entidades financiadoras, para a época de 2014/2015 a colectividade conseguiu o apoio de um restaurante do concelho e de uma Transportadora do concelho de Lisboa. Os eventos que realizam necessitam sempre de apoio, como Associação sem fins lucrativos, é extramente difícil a Direcção do Clube fazer face às despesas inerentes à organização de torneios. Pagamento de aluguer de espaços para a prática desportiva, aquisição de material desportivo são algumas das despesas mensais que o CADFC tem que suportar. O Clube não obteve financiamento por parte dos organismos do Poder Local, pois são necessários requisitos próprios tais como: relatórios de contas e de actividades de anos anteriores, que o Clube ainda não possui.

Para assinalar as comemorações do 25 de Abril 2014, a colectividade participou em dois torneios, um de Futsal e outro de Futebol 5. Paulo Gonçalves acrescenta que nas comemorações de 2015 a organização do torneio de Futsal caberá ao CADFC.

No fim do inquérito questionou-se quais as motivações que levaram à constituição da colectividade, ao que o dirigente responde o seguinte: “protagonizar aos jovens do nosso concelho a prática e formação da modalidade de Futsal com condições exemplares, que a nosso ver se encontra em expansão, com o intuito de os formar e educar da melhor maneira possível interagindo com os próprios pais num ambiente familiar, na nossa comunidade”⁴³.

Apesar de recente, o Clube também sente as dificuldades com que se deparam a generalidade das associações sem fins lucrativos, o dirigente inquirido aponta as principais: “dificuldade em recrutar dirigentes para as colectividades, dificuldade sem

⁴² Inquérito realizado aos dirigentes do CADCF (recepcionado por correio electrónico em 20-09-2014).

⁴³ Ibidem.

recrutar treinadores formados, dificuldade com o transporte de atletas para jogos, devido às leis demasiado rígidas e dificuldade em angariar apoios”. No entanto o gosto pelo Futsal e o facto da modalidade se encontrar em expansão, sobrepuseram-se às dificuldades de se constituir uma associação sem fins lucrativos.

2.4 Clube Ténis de Mesa de Amora (CTMA)

O Clube Ténis de Mesa de Amora, oficialmente constituído em 4 de Agosto de 2008, resultou da firme vontade de um conjunto de pessoas, que decidiram conjugar esforços no sentido de tentar proporcionar as condições necessárias para o desenvolvimento da modalidade desportiva, Ténis de Mesa, na cidade de Amora⁴⁴. Segundo Paulo Mano (fundador) o clube encontra-se inactivo desde 2012 por questões de ordem familiar, houve a tentativa de recrutar elementos que dessem continuidade ao projecto, mas sem sucesso.

O Clube era composto por 13 Órgãos Sociais, 3 elementos na Assembleia Geral, 7 elementos na Direcção e 3 elementos no Conselho Fiscal, os seus fundadores foram Paulo Alexandre Oliveira Mano (Presidente da Mesa) e Ana Cristina Correia Martins Mano (Presidente de Direcção), em relação aos restantes membros não obtivemos descrição de nomes e cargos. Sabemos que dos 13 elementos, 4 são do sexo feminino, familiares dos restantes Corpos Gerentes. Em relação às idades dos dirigentes encontram-se na faixa etária entre os 30 e 40 anos. A escolaridade dos órgãos sociais do CTMA vai desde o nível secundário ao nível superior, segundo Paulo Mano alguns dos elementos frequentaram Formação para Dirigentes Associativos, orientada pelo CRMA.

No último ano da sua actividade (2012), o Clube registava 45 sócios, dos quais cerca de 30 eram atletas, era necessário associar-se ao CTMA para praticar a modalidade, os restantes sócios seriam os pais dos atletas. O valor anual da quota eram 12 euros.

Segundo Lina Fernandes, Coordenadora do Secretariado e Apoio ao Executivo da Junta de Freguesia de Amora (JFA), a sede do Clube situa-se na Rua dos Vidreiros, Espaço Associativo de Amora loja 4, no antigo mercado de Amora, o qual foi cedido

⁴⁴ A resposta ao inquérito foi efectuada por telefone ao dirigente Paulo Mano fundador do CTMA em 13-10-2014.

pelo mesmo Organismo⁴⁵. Os treinos ocorriam no Ginásio do Pavilhão da Escola B2/3 Pedro Eanes Lobato, de segunda a sexta-feira a partir das 19 horas. Alcançaram títulos na época de 2010/2011 em diversos escalões, Campeões Distritais em Seniores, Juniores Masculinos, Pares Juniores Masculinos, Juniores Mistos, Juniores Femininos, Pares Juniores Femininos e Infantis. Foi o único Clube de Ténis de Mesa do Distrito de Setúbal que registou mais atletas do sexo feminino.

Em 2011 foi atribuído subsídio através de Contrato-Programa para elaboração de obras de remodelação e compra de material de escritório para a prossecução do projecto do Clube de Ténis de Mesa na Amora. Sabemos através da JFA que em 2012 terá sido atribuído o último Contrato-Programa ao Clube para a compra de equipamento desportivo⁴⁶.

Tendo este Clube meios para singrar no meio associativo amorensense, depois de tantos sucessos, porque se encontra inactivo? Para o fundador o grande motivo do Clube se encontrar inactivo, foram os graves problemas de ordem familiar que enfrentam. Outro dos motivos foi a falta de vontade dos restantes órgãos sociais em continuar o projecto. Refere ainda, que apesar da imprescindível ajuda por parte da JFA e da CMS nos quatro anos de vida do Clube, nomeadamente na cedência da sede e na compra de material desportivo, a falta de instalações próprias e carência de recursos financeiros também condicionaram a continuidade do Clube Ténis Mesa de Amora.

Recolhida a informação relativa a caracterização institucional; caracterização dos corpos sociais; caracterização dos associados; instalações da associação; financiamentos; carências e necessidades; concluindo com as relações interinstitucionais, apresentamos em forma de resumo os dados recolhidos seguindo o alinhamento do inquérito elaborado às colectividades.

No que diz respeito ao ano de fundação, a SFOA é única colectividade centenária na freguesia de Amora, instituída em 1898, o CCDP, CTMA e CADCF foram constituídos nos períodos compreendidos entre 1979-2013. Constata-se que é após a consolidação do regime democrático que se assiste a uma enorme proliferação de associações (ver p. 15).

Na freguesia de Amora verifica-se um grande número de associações desportivas e recreativas, e em menor, as associações culturais. A SFOA e o CCDP

⁴⁵ Conversa telefónica com Lina Fernandes em 02-10-2014.

⁴⁶ Ibidem.

inserir-se nas duas vertentes, sendo o CTMA e o CADCF apenas direccionados para modalidades desportivas específicas, o Ténis de Mesa e o Futsal respectivamente.

Os espaços e valências constituem uma condição indispensável para o desenvolvimento das actividades associativas, embora existam associações que não possuem instalações e conseguem organizar-se de forma a prosseguirem os seus objectivos. A SFOA e o CCDP têm instalações próprias, sendo alvo de orgulho dos dirigentes a forma como têm mantido e conservado as mesmas, a maior parte das obras foram ou são realizadas pelos próprios dirigentes. Em relação ao CTMA e CADCF, verificámos que utilizam pavilhões escolares para a realização dos treinos.

Neste ponto a atenção recai sobre os corpos sociais, constatámos que se dividem em Assembleia Geral, Direcção e Conselho Fiscal, sendo que na Direcção é onde se concentra o maior número de elementos. Confirmámos que o universo associativo é eminentemente masculino, o nosso estudo revelou que existe uma escassa presença feminina, 2 elementos na SFOA, 3 elementos no CADCF e 4 elementos no CTMA. No CCDP não existem elementos do sexo feminino, mas existiram em anos anteriores. Considerando as idades, verifica-se que é nas faixas etárias entre os 30 e 70 anos, que se concentram a maioria dos órgãos sociais. Consta-se um certo envelhecimento nos corpos gerentes da SFOA e do CCDP, uma das razões será pela antiguidade das colectividades, no caso do CCDP ainda constam fundadores do Clube. Em relação à escolarização o ensino secundário e superior destaca-se nas colectividades mais recentes (CTMA e CADCF).

O seguinte ponto incide sobre o número de sócios, a SFOA é a colectividade com maior número de associados, deve-se ao facto de cada individuo que queira praticar modalidades, ter que se inscrever como sócio da mesma, existem também os sócios de mérito, beneméritos e honorários. Embora com uma grande diferença em relação à Filarmónica, o CCDP está muito próximo de atingir as três centenas de sócios com as quotas regularizadas, não sendo necessário ao praticante associar-se ao Clube. Segundo a Direcção será a colectividade que apresenta um maior número de sócios efectivos⁴⁷ na freguesia de Amora. Em relação ao CTMA e CADCF a maioria dos sócios são atletas que praticam as respectivas modalidades, sendo obrigatório associar-se aos Clubes. Verificou-se que o valor da quota anual são 12 euros na maioria das colectividades analisadas.

⁴⁷ Inquérito presencial realizado a António Pepe nas instalações do CCDP em 08-09-2014.

Os objectivos para o mandato dos dirigentes inquiridos, resumem-se à dinamização, promoção, elevar os níveis de oferta desportiva e cultural e manter a estabilidade financeira.

Em relação aos eventos de maior relevo para 2014, os dirigentes inquiridos da SFOA e CCDP, mencionaram a importância da parceria com os organismos do poder local nos eventos de especial importância, a Festibandas, Jogos do Seixal e as Férias Desportivas. Fora do âmbito do inquérito e como programação habitual, tivemos conhecimento de eventos como a Festa de Aniversário, as comemorações do 25 de Abril e os bailes, cuja organização não necessita de comparticipação financeira por parte do Poder Local.

Todas as colectividades identificaram a JFA e a CMS como a principal fonte de financiamento, especialmente para os eventos de maior relevo. A excepção é o CADCF, conseguiu apoios em entidades privadas. Este estudo revela a enorme dependência em relação aos subsídios, visto que as verbas próprias apenas cobrem as despesas mensais inerentes ao funcionamento dos clubes.

Relativamente às principais dificuldades que as colectividades se deparam actualmente, são a falta de recursos humanos no dirigismo (SFOA e CCDP), a falta de instalações (CTMA e CADCF) e em unanimidade a falta de recursos financeiros, não permite que as associações sejam autónomas.

Vejamos algumas formas de colaboração prestadas pela Câmara Municipal do Seixal e Junta de Freguesia de Amora.

2.6 Análise ao Inquérito realizado à Câmara Municipal do Seixal⁴⁸

Segundo o Centro de Recursos do Movimento Associativo (CRMA), o concelho do Seixal, com grande tradição associativa e onde os seus clubes se têm pautado por um trabalho notável no desenvolvimento comunitário e social, a Câmara Municipal do Seixal (CMS), sempre se empenhou no apoio e cooperação com todas as associações do concelho (Gomes, 2004: 6). Decidimos conhecer com mais pormenor normas e critérios

⁴⁸ Esta disposição foi inspirada no estudo realizado por Carina Guerreiro (2011), sobre o *Universo Associativo no Concelho de Loulé*.

de apoio ao Movimento Associativo. Com este objectivo, dirigiu-se um inquérito⁴⁹ à CMS de modo a recolher dados sobre as políticas de apoio às Associações do concelho.

A primeira questão trata desde quando as políticas de apoio da CMS às Associações estão regulamentadas, a resposta foi breve, estão regulamentadas desde os anos 80, através das *Normas e Critérios de Apoio ao Movimento Associativo*.

A questão se a CMS mantém algum tipo de relacionamento com as Associações para além da atribuição de subsídios? Obtivemos a seguinte resposta:

“Desde a instauração do poder local democrático no Seixal, o apoio ao movimento associativo tem constituído uma prioridade da política Municipal, mantendo sempre um relacionamento muito próximo, de forma a incentivar e fortalecer as suas actividades, que considera importantíssimas no seio da comunidade local. A CMS oferece apoio técnico ao movimento associativo em actividades específicas (exposições, ateliers, debates, colóquios, etc.), sempre que solicitam.”

O financiamento das entidades associativas é efectuado essencialmente através dos Contratos-Programa, apoios regulares quando se trata de actividades anuais e apoios pontuais para projectos específicos. É apresentada pelas associações um *Programa/Projecto de Continuidade* à CMS até ao dia 30 de Novembro de cada ano, com base no seu plano de actividades, o seu orçamento, o relatório de contas do ano anterior, assim como os comprovativos de despesas e mediante os objectivos que têm para o ano em questão, fazem o seu pedido. Todas as candidaturas são analisadas, assim como os seus relatórios de actividades. A atribuição destes subsídios é decidida através de deliberação camarária⁵⁰.

Para além das verbas, são ainda considerados outros tipos de apoio, são referidos a disponibilização de “transportes e apoio logístico (empréstimo de materiais, aparelhagem e respectivo apoio técnico, etc.). Apoia também na edição de materiais

⁴⁹ O guião do inquérito utilizado pode ser consultado no Anexo R. Teve como fonte o estudo realizado por Carina Guerreiro (2011), sobre o *Universo Associativo no Concelho de Loulé*.

⁵⁰ Ponto de Candidatura presente no Regulamento *Normas e Critérios de Apoio ao Movimento Associativo Cultural do Concelho* no Anexo N.

gráficos de divulgação, participações na aquisição de bens e serviços e divulgação das suas atividades.”

Procedeu-se ao esclarecimento se os financiamentos seriam realizados pela CMS ou se seriam canalizados pela JFA? São organismos autónomos, pelo que a CMS atribui os seus subsídios separadamente dos subsídios que são atribuídos pela JFA.

Quanto à apreciação sobre o papel das Associações, a CMS responde que “o papel do Movimento Associativo Popular é fundamental na qualidade de vida das populações, quer no que se refere ao apoio social que presta, quer como dinamizador da cultura e do desporto popular”.

Relativamente à dinâmica associativa do concelho do Seixal, o que a distingue de outros concelhos?

“O concelho do Seixal é desde sempre um concelho com bastante dinâmica associativa, nas suas diversas vertentes, o que se comprova não só pelo número de associações que existem, algumas das quais já centenárias, mas também pelo número de actividades que desenvolvem, nas mais diversas expressões. É também esta capacidade de dinamização de actividades que distingue este concelho.”

No que diz respeito às principais dificuldades no funcionamento das Associações é apontada a falta de apoio financeiro por parte do Estado, e nas imposições ao nível do mercado de trabalho, prejudicando o trabalho voluntário que é dedicado às associações, cuja contribuição é essencial para o funcionamento e existência das mesmas.

“Existem algumas contingências que poderão dificultar o funcionamento das associações, desde logo a falar do apoio financeiro por parte do Estado, quer directamente às associações quer através das autarquias. Neste último caso, quando as políticas que implementam estrangula financeiramente o poder local democrático, impede que este possa dar um maior contributo às associações, quer através dos apoios financeiros, quer logísticos.

Outra das dificuldades é o facto dos dirigentes do Movimento Associativo serem fundamentalmente voluntários que se dedicam a estas associações no seu tempo livre,

sendo que atualmente, com os constrangimentos sentidos quer ao nível financeiro quer às imposições do mundo do trabalho não facilita uma disponibilidade mais acentuada. (...) Uma dificuldade por exemplo que é sentida na área cultural é o facto das colectividades com banda filarmónica não terem isenção de IVA na aquisição de instrumentos musicais.”

A seguinte questão: face às dificuldades financeiras que o município atravessa, o que se pode esperar das relações da CMS com as Associações? A resposta foi no sentido de que mesmo com dificuldades financeiras, a CMS vai continuar apoiar o Movimento Associativo. “A CMS entende o Movimento Associativo como uma das suas prioridades no âmbito do desenvolvimento local, pelo que mesmo face aos constrangimentos financeiros procurará, em parceria, ir ao encontro das necessidades do Movimento Associativo, no âmbito dos apoios que já presta.”

Quanto à crescente redução do papel do poder central, as autarquias têm aumentado as suas competências através do princípio da subsidiariedade. Na sua opinião que alterações se têm registado nesta área? Como caracteriza os diferentes períodos de políticas públicas locais? Quais são as competências que as autarquias têm assumido no apoio às Associações? A resposta acabou por se revelar breve e directa, “As autarquias são há muito tempo o único parceiro da administração pública que reconhece e trabalha com o movimento associativo, lado a lado com estreita parceria, aqui no Seixal, assim continuamos a fazer e a reivindicar que a administração central também cumpra o seu papel”.

Por fim questionou-se a CMS sobre qual será o futuro das colectividades no concelho do Seixal? Ciente da importância do Associativismo, a CMS sempre apoiou as mais diversas vertentes da actividade comunitária desenvolvida pelas colectividades, valorizando o papel que desempenham junto da população.

“O movimento associativo do concelho, com o apoio das autarquias tem desenvolvido diversos esforços e tem-se empenhado para imprimir novas dinâmicas às associações que lhes permitem manter o seu papel social, cultural e desportivo ao mesmo tempo cativando novos públicos/associados que continuarão a promover o seu desenvolvimento, a renovar-se e a fortalecer-se.”

2.6 Análise ao Inquérito realizado à Junta de Freguesia de Amora

O presente inquérito foi realizado presencialmente nas instalações da JFA, esta tarefa permitiu verificar que em casos pontuais houve questões que não foram formuladas e respostas pouco precisas. No entanto consideramos que os seguintes testemunhos espelham a realidade da vida associativa na freguesia de Amora. Seguiremos o alinhamento que foi utilizado para a análise ao inquérito da CMS.

A primeira questão trata desde quando as políticas de apoio da JFA às Associações estão regulamentadas, estão regulamentadas desde 2012.

A questão se a JFA mantém algum tipo de relacionamento com as Associações para além da atribuição de subsídios? A JFA mantém um relacionamento diário com as colectividades. Existem plenários, de dois em dois meses a Comissão Desportiva de Freguesia convoca os representantes dos clubes.

Para além das verbas, são ainda considerados outros tipos de apoio, à semelhança da CMS são disponibilizados, transportes e apoio logístico (empréstimo de transportes para deslocações de atletas e respectivo apoio técnico). Apoia também na edição de materiais gráficos de divulgação, sempre em conjunto com a CMS. Estes apoios não estão incluídos nos Contratos-Programa, são efectuados através de um ofício.

Procedeu-se ao esclarecimento se os financiamentos seriam realizados pela JFA ou se seriam canalizados pela CMS? São organismos autónomos, pelo que a CMS atribui os seus subsídios separadamente dos subsídios que são atribuídos pela JFA.

“ É do orçamento da JFA, que vem das transferências do Estado Central e de acordo no que a Junta deve apostar, no caso de Amora aposta parte do orçamento ao Movimento Associativo. A CMS apoia o Movimento Associativo e a JFA também independentemente. Existem acordos entre a JFA e a CMS para não se repetirem os apoios.”

A Junta de Freguesia possui meios para apoiar as Associações isoladamente ou necessita sempre do apoio da Câmara? Quanto a esta questão a JFA reforça que é necessário haver sintonia entre a JFA e a CMS.

“Apoia isoladamente, mas o apoio da CMS é fundamental, tem que haver uma sintonia, a nível de técnicos, o exemplo das festas da Amora, os cartazes que a JFA faz têm sempre o apoio da CMS, empréstimo de cadeiras, recursos humanos.”

Relativamente à dinâmica associativa da freguesia de Amora, o que a distingue de outras freguesias? Nesta questão a JFA remeteu a resposta apenas para o caso da freguesia de Amora, não fazendo menção a outras freguesias. Reforçou a parceria que a JFA mantém com as colectividades.

“Nada se faz sem ser legitimado pelas pessoas, nós fazemos aquilo que as pessoas querem fazer, os dirigentes dos clubes, os treinadores, os seccionistas é que nos dizem o que querem fazer e o que estão disponíveis para ajudar a fazer, porque nada se faz isoladamente, nós fazemos certo torneio se os clubes quiserem fazer, tudo se faz com a vontade das pessoas. Tudo o que é feito é discutido com os nossos parceiros, nós não propomos nenhuma iniciativa sem ser discutida com os clubes, quais são os objectivos e estratégias dos clubes. A freguesia de Amora é das maiores do concelho, mas a dinâmica parte da vontade dos clubes mas também do executivo da Junta, o anterior e actual Presidente da Junta vêm das direcções de colectividades têm enraizado o Movimento Associativo, é diferente de quem não fez parte de colectividades/associações.”

No que diz respeito às principais dificuldades no funcionamento das Associações é apontada a carência de voluntários, apesar do concelho do Seixal ter uma grande cultura de voluntariado, sendo visível no número de associações existentes, não é suficiente.

“Os voluntários. Existem muitos mas deveriam ser mais, nós não temos a cultura do voluntariado, é um problema dos países latinos, nos países do norte da europa existe 70%/80% de voluntários. Enquanto não mudar a cultura de voluntariado é difícil.”

A seguinte questão: face às dificuldades financeiras que o município atravessa, o que se pode esperar das relações da JFA com as Associações? Apesar das dificuldades e do valor atribuído ser menor que em anos anteriores, em relação a outros municípios que deixaram de apoiar o Movimento Associativo, a JFA continua a conceder os respectivos subsídios através dos Contratos-Programa, assim como transportes e apoio técnico.

“Se formos ver a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira (VFX) há 2 anos que não faz Contratos-Programa, Oeiras e o Seixal continuam apoiar com transportes e Contratos-Programa, a verba é menor do que há 6 ou 7 anos atrás, mas continua apoiar. A Câmara Municipal de VFX não apoia, Setúbal não apoia, porque utilizam as receitas para outras situações. A CMS não só apoia em termos financeiros mas logísticos, existem custos de horas de pessoal, técnicos de som, material, é conforme cada município.”

Quanto à crescente redução do papel do poder central, as autarquias têm aumentado as suas competências através do princípio da subsidiariedade. Na sua opinião que alterações se têm registado nesta área? Como caracteriza os diferentes períodos de políticas públicas locais? Quais são as competências que as autarquias têm assumido no apoio às Associações? As autarquias continuam a ser o único organismo a apoiar o Movimento Associativo de base popular, o Poder Central apenas apoia em termos federativos.

“O Poder Central nunca apoiou o Movimento Associativo Popular, apoia as Federações Desportivas, vêm cobrar taxas de inscrição, taxas de jogo. Se não fosse as autarquias não só do Seixal mas de todo o país, não havia o desporto que existe. São as autarquias que lançam os clubes e atletas através de bolsas. O Estado não apoia a ida desses atletas aos eventos.”

Por fim questionou-se a JFA sobre qual será o futuro das colectividades no concelho do Seixal? Uma resposta um tanto pessoal mas que demonstra a vida das colectividades, de quem conhece bem a realidade do mundo associativo. Ficou patente que enquanto a cultura do voluntariado existir, o Associativismo permanecerá vivo.

“Umas têm condições para continuarem a crescer outras nem tanto, é difícil, é como o futuro do país. As pessoas movem-se por interesses e objectivos, por vontades, paixão, tem a ver com as relações humanas, por exemplo o Águias Unidas tem um grupo fabuloso, tem um Presidente com carisma, conseguiu chamar um conjunto de pessoas, e com a dinâmica que incutem nas pessoas e dinâmica diária do clube, faz com que o clube cresça muito ou não. Tem muito que ver com a estrutura do clube, um clube como o Paivas dificilmente fechará, porque tem uma estrutura bem montada, ou como o Cruz de Pau, ou como o Amora Futebol Clube, teve imensas dificuldades, dívidas de segurança social, finanças e jamais fechará. Agora quando um clube está numa garagem e existem dificuldades da CMS em apoiar o clube, dificilmente tem condições para continuar. No geral existe no concelho do Seixal uma cultura de voluntariado, de disponibilizar-se para ajudar, enquanto houver essa vontade nunca vão acabar as colectividades.”

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considero que nesta fase, as colectividades que aqui apresentamos, conquistaram valências culturais, recreativas e desportivas capazes de dar resposta à população da freguesia de Amora. Os dirigentes em questão constituem um exemplo de persistência e dedicação, que com o apoio dos cidadãos voluntários dão o seu contributo social na formação de uma cidadania activa e participativa. No entanto, apesar de existir uma cultura de voluntariado intensamente vincada, é necessário um maior contingente ao nível de recursos humanos, principalmente para cargos de Direcção. Outras das preocupações é o envelhecimento da camada associativa, a maior parte das colectividades tiveram a sua proliferação depois do 25 de Abril de 1974, sendo que os seus dirigentes estão a transitar para outro tipo de associativismo as Associações de Reformados.

Por outro lado, existe uma tradição associativa premente na freguesia de Amora, que faz com que surjam novas colectividades dinamizadas por jovens, que em muitos casos são criadas para uma modalidade ou área em concreto. Assistimos a clubes que são fiéis à modalidade para qual foram instituídos, outros que pela sua dinâmica própria, alargam a sua actividade. Verificamos que as colectividades singram no tecido associativo, pelo facto de se adaptarem aos diversos tipos de modalidades que vão surgindo no panorama cultural e desportivo.

Uma vez que estas associações carecem de recursos, o que lhes impede de desenvolverem as suas actividades, o papel das entidades do Poder Local é essencial. Comprovou-se a dependência das colectividades face aos subsídios da JFA e CMS, as associações apresentam pouca capacidade na obtenção de verbas próprias, visto que as colectividades inquiridas possuem 1 euro de quotas mensais. O financiamento atribuído às colectividades é efectuado mediante Contratos-Programa, subsídios regulares e subsídios pontuais.

De facto, a freguesia de Amora apresenta um número elevado de associações, que em muito contribuem para o desenvolvimento cultural e desportivo, para a valorização do individuo e para o reforço da democracia participativa. Contudo assiste-se a um distanciamento da população face ao Movimento Associativo Popular, mas por outro lado, verifica-se um aumento de novas associações. Essa proliferação de associações será a causa para uma menor participação da população?

Não obstante estas opiniões, foram mencionados muitos atributos às colectividades, o seu papel na promoção dos hábitos desportivos, tradições e identidades. Foi identificado um trabalho conjunto e de apoio mutuo entre as colectividades e os organismos do Poder Local.

4. NOTAS CONCLUSIVAS

Integrar a cultura na vida dos seixalenses através do Movimento Associativo não é tarefa fácil, o desafio passa por aproveitar de forma organizada as dinâmicas criadas a nível local e concelhio, nomeadamente desenvolvendo acções de formação, que permitam uma maior dinâmica nas associações culturais e recreativas do concelho do Seixal.

Para isso é necessário contrariar a massificação da programação televisiva, do uso excessivo dos computadores que levam as crianças e os jovens a descurem a prática de actividades culturais e desportivas. É importante interligar as experiências das antigas associações com as mais recentes, criando espaços onde pais e filhos possam encontrar as raízes culturais locais em conjunto, promovendo os valores familiares. Renovar as velhas associações integrar os jovens nas direcções e criar comissões coordenadoras a nível de freguesia e concelho para estimular o consumo das práticas culturais dentro do município.

Segundo a Revista da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio (actual CPCDDR), *Elo Associativo*, é possível um projecto de revitalização das colectividades. No final do século passado, questionou-se os jovens dirigentes, qual seria a participação dos jovens na vida associativa, a resposta foi positiva “está-se a perder o medo da juventude”.⁵¹ Os jovens entrevistados, assumem que existe uma evolução por parte dos menos jovens em aceitar os mais novos no mundo associativo. Segundo testemunhos dos jovens entrevistados, o problema reside na educação, os jovens não estão educados para a responsabilidade, preferem adquiri-la mais tarde. Todavia existe o reverso, os mais velhos começam a acreditar que apesar na menor experiência, os jovens têm um dinamismo, que é necessariamente mais actual e trará mais indivíduos e novas actividades às “velhas” colectividades.⁵²

Relativamente ao desinteresse pela actividade de Direcção, a dirigente Maria João Santos⁵³, informa que é um tema contraditório, com a elevada participação de jovens em iniciativas promovidas pelas colectividades, lamenta as dificuldades de encontrar pessoas que tenham vontade de assumir cargos dirigentes, por ser aborrecido ter reuniões e organizar torneios ao fim de semana. É reforçada a questão de não se estar

⁵¹ Entrevista efectuada a jovens dirigentes por Paulo Anjos para a Revista da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio (1999), *Elo Associativo*, p. 4

⁵² *Ibidem*, p. 5

⁵³ *Ibidem*, p. 5

educado para a responsabilidade. Outro dos testemunhos recorda que o problema da educação também se coloca no lado dos menos jovens, enfrentou algumas dificuldades quando ingressou na vida associativa, “estávamos a entrar na privacidade deles e a roubar-lhes o lugar, somos mais novos e tínhamos ideias novas para as quais eles não estavam suficientemente educados.”⁵⁴

Na visão de Alfredo Flores antigo Presidente da Direcção da FPCCR actual CPCCRD, há que criar condições para drenar para o movimento associativo os jovens, que contribuem generosamente para o progresso e melhoria do bem-estar das camadas mais desfavorecidas da população.⁵⁵

No seu entender, é óbvio que tem que se apostar na formação de jovens dirigentes e a Confederação, está atenta a esta necessidade e tem promovido, em cooperação com outras entidades, cursos de formação dirigidos à juventude. Há que criar as condições necessárias para a drenagem de jovens para a vida associativa, criar uma lei-quadro para o movimento associativo, o estatuto do dirigente benévolo, desagrar a carga fiscal cobrada às colectividades e há que conferir benefícios palpáveis às associações que gozam de Estatuto de Utilidade Pública.⁵⁶

Actualmente, o rejuvenescimento do Movimento Associativo de base popular continua a ser tema de discussão, para Filipe Parra Martins, Membro da Direcção Nacional da CPCCRD, “a experiência mostrou que o rejuvenescimento progressivo dos órgãos sociais da colectividade garante uma maior estabilidade na orgânica associativa, já que evita rupturas bruscas onde tende a não ficar garantida a transmissão de conhecimentos e práticas de funcionamento.”⁵⁷

A produção associativa em termos de vida colectiva obedece a vários ciclos internos e da própria comunidade, como o aniversário, os bailes, a par da prática desportiva e cultural. O clube é um lugar de sociabilização, onde se estimula a formação, educação e integração dos adolescentes, numa ambiência de família alargada (Maçarico, 2010: 17). A colectividade assegura a fruição do teatro, da música e da troca de impressões, gerando opinião e intervenção cívica. O relacionamento inter-geracional, a comunicação entre bairros, o convívio multi-étnico, o benefício duma prática acessível do desporto ou da frequência de cursos económicos impede a marginalização e a solidão dos idosos, valorizando a Mulher (2010: 18).

⁵⁴ Ibidem, p. 6

⁵⁵ Ibidem, p. 7

⁵⁶ Ibidem, p. 7

⁵⁷ www.confederacaodascolectividades.com [consulta efectuada em 15-9-2014].

A acção que as colectividades de cultura, recreio e desporto têm vindo a desenvolver ao longo do tempo na sociedade portuguesa junto das populações constitui um património nacional de valor social incalculável. Apesar de tudo o que se tem dito acerca da eventual situação de declínio em que se encontraria na actualidade o associativismo de carácter popular, as colectividades não pararam de aumentar até aos dias de hoje, mesmo depois do estado de “euforia associativista” que caracterizou o país no seguimento da Revolução de 25 de Abril de 1974 (Leitão, et. al., 2009: 175).

Na maior parte das vezes o trabalho associativo realiza-se num contexto ao nível da carência de recursos materiais e humanos que são necessários ao desenvolvimento nas condições mais adequadas, como ao nível da ausência de recursos financeiros e da necessidade de um apoio institucional mais apropriado à realidade associativa do país. Nesta perspectiva, os agentes do Poder Local (JFA e CMS) têm vindo a incluir nos seus planos de actividades e orçamentos, verbas para o apoio às iniciativas associativas neste caso em particular às colectividades da freguesia de Amora. Como se verificou nos inquéritos realizados, este apoio tem sido concretizado através de atribuição de participações financeiras, aquisição de equipamentos, apoio logístico, apoio técnico, cedência de transportes e edição de materiais gráficos.

Assim concluo este Trabalho de Projecto, com a convicção de que o Movimento Associativo de raiz popular da freguesia de Amora, contribui através da entrega e dedicação dos seus dirigentes, para a melhoria das condições de vida da comunidade envolvente, não só cultural e desportiva mas também na resolução de problemas de ordem social.

A maior dificuldade sentida na elaboração deste estudo foi a falta de documentação e a ausência de arquivo, dificultando todo o processo de recolha de informação sobre as colectividades em análise. Outra condicionante foram as respostas aos inquéritos, não foram devolvidas em tempo útil e algumas das respostas pouco precisas. A bibliografia sobre a vida associativa na freguesia de Amora é escassa e ultrapassada. Espero que os dados recolhidos e divulgados neste trabalho permitam dar continuidade a futuros trabalhos de investigação científica sobre o Movimento Associativo.

Referências Bibliográficas

Fontes:

LOPES, Fernão (1983), *Crónica de D. João I*, Introdução de Humberto Baquero Moreno, Vol. I, Barcelos, Livraria Civilização – Editora.

Bibliografia Geral:

ROSAS, Fernando, BRITO, J. M. Brandão de, dir., (1996), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. 1, Venda Nova, Bertrand Editora.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1997), *História de Portugal [1926-1935]*, vol. XIII – “Do 28 de Maio ao Estado Novo”, [s.l.], Editorial Verbo.

Estudos:

ANJOS, Paulo (1999), “Os Jovens e o Associativismo”, *Elo Associativo (nº 10 Out. – Dezembro)*, Revista da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio.

BOUZAS, Miguel Angel Mesa e Grupo Herramientas Nuevas (2001), *O que é o voluntariado*, Paulinas.

CARVALHO, A. Melo de (2001), *O Clube Desportivo Popular – função social, inovação, cultura e desenvolvimento*, 1ª ed., Porto, Campo das Letras – Editores S.A.

COELHO, Sandra Lima (2008), *Participação Social e associativismo em Portugal: breves apontamentos de um estudo de caso de uma associação de promoção do Comércio Justo*, Porto, Edição da Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Instituto de Sociologia. [consulta efectuada em 17-06-2014]. Disponível em <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/54835>

GOMES, Rui Telmo, LOURENÇO, Vanda, MARTINHO, Teresa Duarte (2006), *Entidades Culturais e Artísticas em Portugal*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais. [consulta efectuada em 15/6/2014]. Disponível em <http://www.oac.pt/menuobservatorio.htm>

LEITÃO, Simão Cardoso, PEREIRA, Gustavo, RAMOS, Joaquim e SILVA Alexandre (2009), *Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto – Uma caracterização do associativismo confederado em Portugal*, Lisboa, Edição CPCCRD.

LIMA, Manuel A. S. (2006), *Amora – Memórias e Vivências D’Outrora*, 1ª ed., [s.l.], Plátano Editora.

LOUSADA, Maria Alexandre (1995), *Espaços de Sociabilidade em Lisboa: finais do século XVIII a 1834*, [Texto Policopiado], Tese de Doutoramento em Geografia Humana apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

MAÇARICO, Luís Filipe (2010), *Associativismo, Património e Cidadania*, [s.l.], Ciência Gráfica.

MACHADO, Raul coord. (1989), *15 Anos de Poder Democrático (1974/1989)*, Seixal, Edição da Câmara Municipal do Seixal.

NABAIS, António (1986), *História do Concelho do Seixal – Elementos para a História das Colectividades*, 1ª ed., [s.l.], Edição da Câmara Municipal do Seixal.

NAVARRO, Modesto (1986), “Realidade e Perspectivas do Associativismo em Portugal”, *Movimento Cultural (Ano II Nº 3 – Dezembro)*, Revista dos Municípios do Distrito de Setúbal, Setúbal, Edição Associação dos Municípios do Distrito de Setúbal.

SANTOS, Cézer Renato dos (2011), *As cerâmicas de produção local do centro oleiro romano da Quinta do Rouxinol*, Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. [consulta efectuada em 17-6-2014]. Disponível em <http://repositorio.ul.pt>

Referências Electrónicas:

Página das Bandas Filarmónicas, (www.bandasfilarmonicas.com) [consulta efectuada em 15-5-2014].

Página da Câmara Municipal do Seixal, (www.cm-seixal.pt) [consulta efectuada em 16-5-2014].

Página do Centro Cultural e Desportivo das Paivas, (www.ccdpaivas.com) [consulta efectuada em 15-5-2014].

Página da Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura Desporto e Recreio, (www.confederacaodascolectividades.com) [consulta efectuada em 15-06-2014].

Página da Junta de Freguesia de Amora, (www.jfamora.pt) [consulta efectuada em 6-6-2014].

Página da Sociedade Filarmónica Operária Amorense, (www.sfoamorensense.pt) [consulta efectuada em 17-09-2014].

Página do Repositório da Universidade do Minho, (<https://repositorium.sdum.uminho.pt>) [consulta efectuada em 14-01-2014].

Bibliografia consultada:

COELHO, Luís, *Associativismo e Desenvolvimento Local: O Caso de Ribeira de Pena*, Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Local apresentada à Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, [s.l.], [s.d.]. [consulta efectuada em 9-6-2014]. Disponível em <http://repositorio.utad.pt>

FITAS, Fernando (2001), *Histórias Associativas – Memórias da Nossa Memória: As Filarmónicas*, [s.l.], Estúdios Fernando Jorge, Artes Gráficas Lda.

MALHEIRO, José (1996), *Associativismo Popular: Originalidade do Povo Português*, [s.l.], Edição da Câmara Municipal de Almada.

REBELO, Manuel de Oliveira (1992), *Retalhos da Minha Terra – Monografia do Concelho do Seixal*, 2ª ed., Seixal, Litomarco.

VICENTE, Sónia (2012), *Colectividades da Freguesia da Abrigada*, Trabalho de Projecto de Mestrado em Práticas Culturais para Municípios apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa. [consulta efectuada em 9-6-2014]. Disponível em <http://run.unl.pt>

GUERREIRO, Carina Castanheira (2011), *O Universo Associativo no Concelho de Loulé: Formas de interacção entre a Câmara Municipal e as suas Associações: estudo de caso*, Dissertação para a Obtenção do Grau de Mestre em Administração e Desenvolvimento Regional, apresentada à Faculdade de Economia da Universidade do Algarve. [consulta efectuada em 09-06-2014]. Disponível em <https://sapientia.ualg.pt>

APENDÍCE 1

1. Entrevista a Fernando Rocha ex-dirigente da Sociedade Filarmónica Operária Amorense, realizada nas respectivas instalações a 14 de Maio de 2013.

Quais foram as mudanças que sentiu depois do 25 de Abril?

O setenta e quatro não se notou nada e o setenta e cinco também não, porque a CMS [Câmara Municipal do Seixal] ainda não estava institucionalizada e não havia dinheiro do Governo para ceder à cultura e ao desporto, portanto não se sentiu nada, mas nos anos a seguir a partir de setenta e seis como ficou assente na constituição portuguesa o apoio ao desporto e à cultura o próprio Estado fazia canalizar através da Câmara verbas para as colectividades, a CMS fomentou o associativismo e ajudou a crescer muitas colectividades, a maior parte das colectividades vieram depois do 25 de Abril centenária só existe a SFOA aqui na Amora.

Porquê decidiu ser Presidente da Direcção da SFOA?

Em 1974 fui presidente desta colectividade porque ninguém queria assumir essa responsabilidade. Tinham receio não conheciam bem, na altura não havia problemas o cinema ia pagando tudo, pouca gente tinha televisão, vinham ver filmes a sala tinha capacidade para cerca de 500 pessoas, talvez grande demais. Em setenta e quatro quando comecei em Janeiro nunca pensei que em Abril houvesse uma revolução. Voltei à direcção em 2007 até Março de 2013, deixei por questões de saúde e familiares.

E que tipo de actividades se praticavam?

Nessa altura também vivia-se do cinema, mas nos anos oitenta as direcções e acho muito bem dedicaram-se ao desporto, o karate, o taekondo, as danças de salão sendo a dança cultura as danças de salão entram no desporto, em todos os povos do mundo as danças fazem parte da cultura. Depois nos anos noventa houve outra modalidade que destruiu um bocado a capacidade financeira da colectividade que foi o futsal, este género de desportos numa colectividade destas não dá, não temos instalações para isso, depois é preciso comprar equipamentos, desde as balizas até às bolas, pagar a um treinador ou

dois e depois nessa altura alguns jogadores já recebiam dinheiro, almoços, passeios.

Mas tiveram uma boa equipa?

Sim tivemos, jogaram na primeira divisão nacional, jogaram com o Benfica, Sporting, Porto.

Os instrumentos são propriedade da SFOA?

Os instrumentos pertencem à SFOA, há músicos que levam os instrumentos para casa para ensaiarem as crianças especialmente assinam um termo de responsabilidade quando um dia se forem embora entregam o instrumento. A manutenção dos instrumentos é por conta da SFOA.

Quantos instrumentos tem a sociedade?

Temos à volta de sessenta instrumentos a funcionar, depois temos uns trinta ou quarenta que estão parados, que vão para o museu (rir). Não existe espaço para isso, quando a colectividade foi construída não pensaram nessas coisas.

O que pensam fazer a esta colecção?

O objectivo era precisamente esse, fazer um museu, inclusive os fardamentos podia-se fazer um museu, as fardas antigas não temos uma peça dessas, os músicos levam e vai desaparecendo, não havia registos também.

Fez-se algum inventário?

A maior parte das medalhas foram ganhas com o desporto nomeadamente com o atletismo “24 horas a correr” de Amora ao Seixal por estafetas. Não temos espaço para o museu, nem temos a colecção inventariada. Já tinha pensado nisso mas tinha que ir aprender como se faz. Começava-se as mais antigas à nossa esquerda e por aí fora, já vi os museus do Benfica, do Sporting e também já vi o do Porto, qualquer um deles são maravilhosos. Nós também podíamos fazer a história da sociedade mas por falta de cultura, ou por desleixo ou por não quererem trabalhar, devia de haver uma secção para orientar, temos ali aquelas coisas mas não sabemos dizer o porquê!

O que tem sido a missão da SFOA?

Dar cultura e desporto em especial à população da Amora, vem gente das Paivas, dos Foros de Amora aprender música, nas danças de salão temos uma pessoa que vem de S. João do Estoril, vem através de outras pessoas que frequentam ou frequentaram a SFOA.

Desde quando se tornou membro desta colectividade?

Em 1955 tornei-me sócio da SFOA, sou o sócio nº 30.

Acha que a SFOA tem contribuído para a preservação da cultura da comunidade amorensense?

Acho que sim, é um polo cultural e desportivo que ajuda e vai continuar ajudar toda a população da nossa cidade em especial da zona ribeirinha, a baixa da cidade, a prova é que a sua história pode dizê-lo, milhares de pessoas que se formaram aqui como músicos e atletas, homens e mulheres que através da nossa colectividade conseguiram aprender qualquer coisa de útil para a sua vida e muitos estão a usufruir disso, é uma prova que a colectividade está viva e que é interessante e que interessa a toda a gente, aberta a toda a população.

1.1 Conversa informal com Carlos Frutuoso actual tesoureiro da SFOA no dia 5 de Maio de 2013, em que o mesmo conta como foi a sua entrada na sociedade.

Estive cá até 1972 era miúdo, portanto dava uma ajuda, entrei para esta casa tinha mais ou menos uns dez anos. Naquela altura fazia de arrumador até à altura do filme, depois não tinha idade para ver o filme não podia estar na sala eram muito rigorosos. Com os meus onze/doze anos fazia bilheteiras, sabia fazer bem contas tinha mais facilidade que muitos adultos, depois quando era intervalo ficava no bufete a vender rebuçados, tabletes e batatas fritas e metia-me em cima das caixas da cerveja e então era aí que ficava, chegava a vender mais que os meus colegas. Lembro-me de filmes que enchiam sempre a sala, três e quatro sessões como a Bíblia, Dez Mandamentos, Sarilho de Fraldas, Musica no Coração. Eu era miúdo mas já assistia à reunião da direcção, e tinha a minha palavra também, e então tivemos a ideia de fazermos aqui a semana mistério. À segunda-feira colocávamos os cartazes de todos dos filmes que havia, mas não dizíamos o dia a pessoa só quando chegava aqui para ver o filme é que sabia qual é que era o filme, afixávamos aqui, na Cruz de Pau, na Torre da Marinha, no Fogueteiro, tínhamos um individuo que dava a volta à freguesia da Amora para afixar os cartazes nas vitrinas que tínhamos por aí. Tínhamos sempre a sala com três quartos, um filme fraco estava meia sala, quando eram os filmes bons chegavam a esgotar muitas vezes, isto antes do 25 de Abril de 1974. Depois do 25 de Abril houve uma grande mudança na parte de

cinema, fizeram outras salas com outros preços, as fitas eram diferentes também. As concorrentes da SFOA eram o cinema São Vicente em Paio Pires, depois apareceu o Ginásio Clube de Corroios e em Almada a Incrível.

Quantos alunos estão a frequentar a banda?

Devemos ter aí uns vinte/trinta alunos temos uma banda bastante jovem, entre os 15 e os 20 anos rapazes e raparigas, a nossa banda está mesmo saudável. Temos um bom maestro, foi maestro da banda da GNR [Guarda Nacional Republicana] o Tenente Coronel Jacinto Montezo, apesar do saldo negativo a Banda Filarmónica vai aguentando, com as ajudas da Câmara Municipal do Seixal e da Junta de Freguesia de Amora. A ajuda é feita através dos Contratos-Programa que são subsídios da Câmara e em troca cedemos o salão, fazemos actividades desportivas na rua como provas de atletismo, fazemos o cicloturismo, sempre que há festas fazemos representações nossas, estarmos à disposição da Câmara mesmo para eventuais espectáculos que a Câmara queira fazer.

Relativamente às taças, medalhas, galhardetes estão nesta casa desde o seu início?

Sim estão desde toda a vida, tivemos o futsal estivemos na primeira divisão nacional em parceria com o Jornal Correio da Manhã, temos medalhas da banda, medalhas que nos são oferecidas pelo nosso aniversário.

2. Conversa informal com António Francisco Pepe actual Presidente da Direcção (e outros dirigentes que foram aparecendo na conversa) do Centro Cultural e Desportivo das Paivas (CCDP) no dia 10 de Maio de 2013 nas instalações do dito clube.

Fez-se algum inventário do legado do CCDP, pensou-se alguma vez em fazer museu?

E até uma determinada altura eu dei-me ao trabalho de ir classificando a primeira a segunda, terceira a quarta depois perdeu-se. Houve uma altura que comecei a fazer o inventário na parte do grupo coral tem à volta de 3000 artefactos, as taças estão todas expostas no clube.

Ficou registado?

Havia um livro onde estava registado, mas perdeu-se. Mas está aqui um livro do Grupo Coral.

Sou [José António] Presidente da Assembleia Geral e faço parte do Grupo Coral Operário Alentejano das Paivas, vai fazer trinta e oito anos a 15 de Outubro, vim para aqui em 1980, a direcção formou-se em 1979 e viemos para aqui em 1980 comecei a fazer parte da direcção assim que entrei aqui dentro da colectividade passei por algumas direcções, existe uma relação muito directa entre o Grupo Coral e as direcções. Em 1980 quando entrei esta colectividade estava muito activa em termos de cultura, havia muito movimento, agora esta colectividade está a 90% a trabalhar com as suas modalidades, com as dificuldades mas está aguentar-se, a falta de juventude, esta zona perdeu muita gente jovem.

Hoje não há um rapaz jovem no Fogueteiro, os que foram jovens estão a aparecer outra vez, estamos a pensar fazer uma iniciativa e juntar a malta, aparece malta como eu [António Pepe] e como os meus filhos, o meu filho mais velho tem agora 45 anos de resto não aparecem, inferior a trinta anos há uma escassez de juventude.

Moro [Manuel Pires] nas Paivas desde 1991, indirectamente tenho dado um contributo muito grande à colectividade, porque tenho três filhos rapazes, todos eles andaram na colectividade, um no futsal outro no Judo, tenho dado o meu contributo à colectividade agora na direcção estou há três anos.

Vim [António Pepe] para o Paivas porque o clube precisava, reformei-me e fui para o Fogueteiro e vim para aqui tomar conta do bar (13 anos) sempre como sócio, fiz parte do Grupo Coral durante muitos anos.

Mas cantava?

Nunca aprendi, mas representava o grupo. Quanto cantarem todos bem querem todos os mesmo poder e um dia acaba. Eu nunca soube cantar mas a malta dizia que não havia apresentador como eu, por exemplo quando a malta se deslocava ao norte não tinham a noção, tem que se explicar às pessoas porque é que se canta assim e se não se fizer isso acabam por não perceber nada daquilo. Um bom apresentador recupera uma má actuação e um mau apresentador estraga uma boa actuação. O grupo coral e ballet são cultura e convocadas pelo pelouro da cultura, as comissões de moradores fizeram a

escola primária, onde [hoje] é a sala do ballet, deve ser das modalidades mais antigas do clube e o grupo coral, o aniversário comemora-se a 30 de Maio (1979) ano dos estatutos.

As instalações do CCDP servem de apoio à Universidade Sénior (UNISSEIXAL) vêm fazer actividades todos os dias o dia inteirinho, a partir das 17 horas têm de sair para dar lugar as outras modalidades, fazem teatro.

Qual é a missão do CCDP?

Fazemos a “semana solidária”, recolha de alimentos e vestuário, recolhemos cerca de 800 quilos de alimentos e 300 quilos de roupa, depois fazemos chegar à junta de freguesia e distribuem às pessoas carenciadas.

As férias desportivas, nós cobramos num mês o que as outras colectividades cobram numa semana as nossas férias são 45€ por mês dos 6 aos 16 anos no mês de julho, há vinte anos que é assim. Se não têm dinheiro ou têm os pais desempregados vêm ter connosco, e todos os anos temos aí 10//15 alunos que não pagam, das 9 às 18h pagam 4€ por refeição ou então trazem de casa. As actividades são futsal, andebol, basquete, voleibol, ténis de mesa, jogos didáticos, xadrez, lá fora têm a piscina, canoagem, em conjunto com a Junta de Freguesia.

Índice de Anexos

Cartografia

Anexo A – Concelho do Seixal

Anexo B – Freguesia de Amora

Anexo C - Sociedade Filarmónica Operária Amorense (SFOA)

Anexo D – Centro Cultural e Desportivo das Paivas (CCDP)

Anexo E – Clube de Ténis de Mesa de Amora (CTMA)

Anexo F – Clube Associativo Desportivo Cinza Fénix (CADCF)

Fotografias

Anexo G - SFOA

Anexo H - SFOA

Anexo I - CCDP

Anexo J - CCDP

Anexo L- CTMA

Anexo M - CADCF

Outros

Anexo N – Tabelas/Análise quantitativa dos inquéritos devolvidos pelas colectividades em estudo

Anexo O - Associações por Tipo Jurídico do Concelho do Seixal (estudo efectuado pelo Centro de Recursos do Movimento Associativo)

Anexo P – Normas e Critérios de Apoio ao Movimento Associativo Cultural do Concelho do Seixal

Anexo Q - Regulamento para a concessão de apoios ao Movimento Associativo da Freguesia de Amora

Anexo R – Modelo de Inquérito enviado aos Dirigentes das colectividades seleccionadas

Anexo S – Modelo de Inquérito enviado aos Organismos do Poder Local

Anexo A)



Ilustração 1 Mapa Concelho do Seixal

Fonte: Imagens Google

Anexo B)



Ilustração 2 Mapa Freguesia de Amora

Fonte: Google Maps

Anexo C)

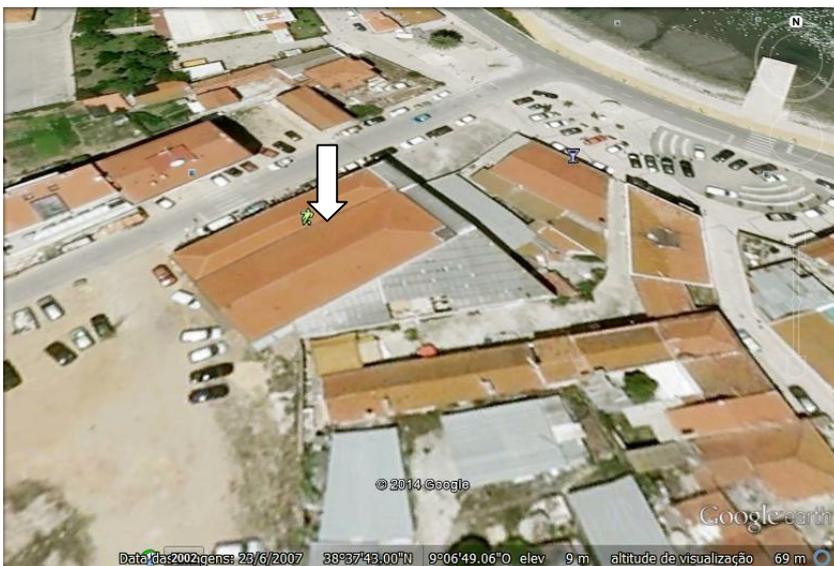


Ilustração 3 Sociedade Filarmónica Operária Amorense (SFOA)

Fonte: Google Maps

Anexo D)



Ilustração 4 Centro Cultural e Desportivo das Paivas (CCDP)

Fonte: Google Maps

Anexo E)



Ilustração 5 Espaço Associativo cedido ao Clube de Ténis de Mesa de Amora (CTMA)

Fonte: Rede Social Facebook

Anexo F)



Ilustração 6 Clube Associativo Desportivo Cinza Fénix (CADCF)

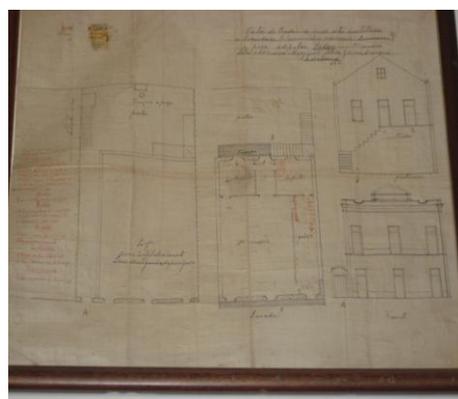
Fonte: Google Maps

Anexo G)

Fonte: Fotos Tânia de Sousa



Fachada da actual sede



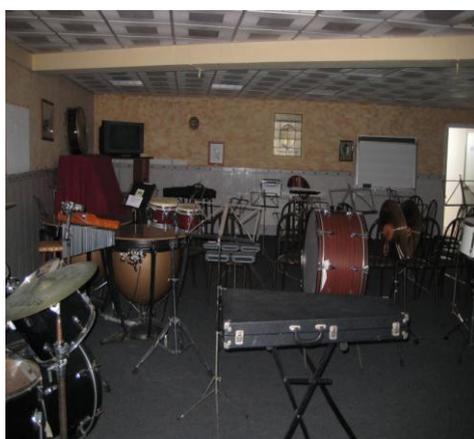
Planta da 1ª sede na Av. Marginal Silva Gomes



Quadro de honra dos sócios da SFOA



Placa de homenagem aos beneméritos



Sala de ensaios da banda e escola de música



Exposição de instrumentos inactivos

Anexo H)

Troféus expostos no Salão Nobre da SFOA



O cinema na SFOA (inactivo)



Plateia da sala de cinema



Planta da plateia



Sala de projecção de filmes (inactiva)



Fitas fílmicas

Ilustração 7 Sociedade Filarmónica Operária Amorense (SFOA)

Anexo I)

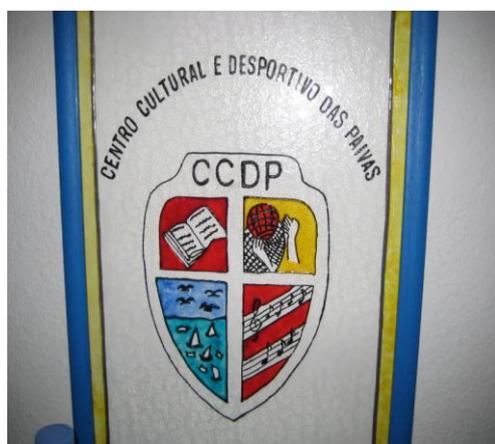
Fonte: Fotos Tânia de Sousa CCDP



Vista aérea das instalações do CCDP



Faxada lateral do CCDP



Diploma de Federada do ano de 1982



Fotografias de antigos Presidentes do CCDP

Anexo J)

Sala dos troféus do Centro Cultural e Desportivo das Paivas (CCDP)

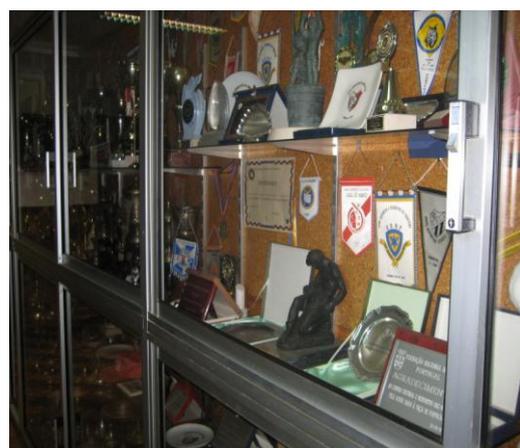


Ilustração 8 Centro Cultural e Desportivo das Paivas (CCDP)

Anexo L)

Fonte: Rede Social Facebook



Ilustração 9 Clube Ténis de Mesa de Amora (CTMA)

Anexo M)

Fonte: Página do Clube Associativo Desportivo Cinza Fénix (CADCF)

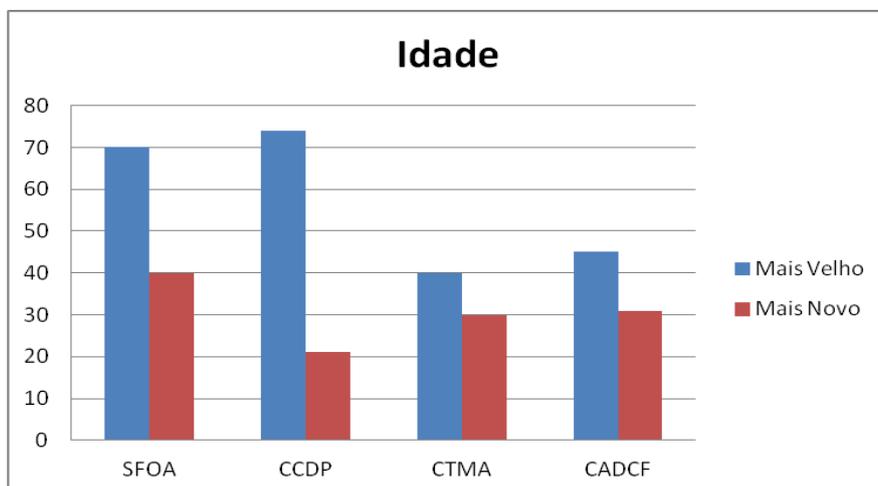
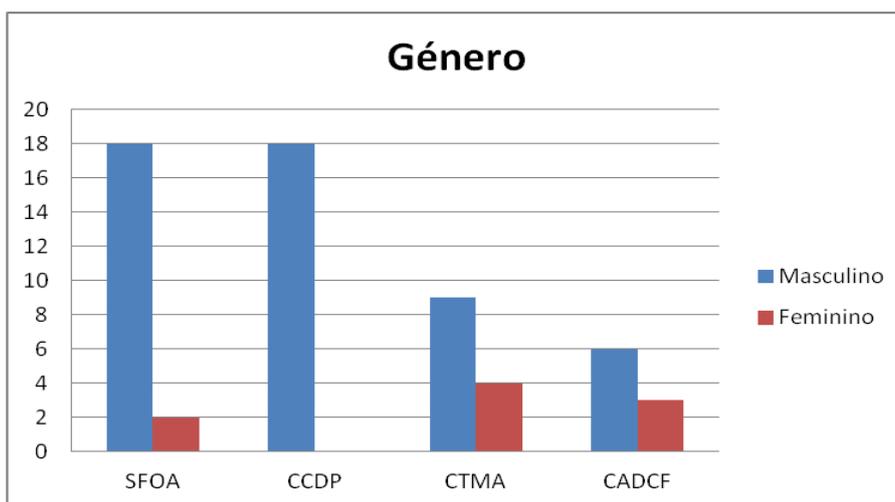


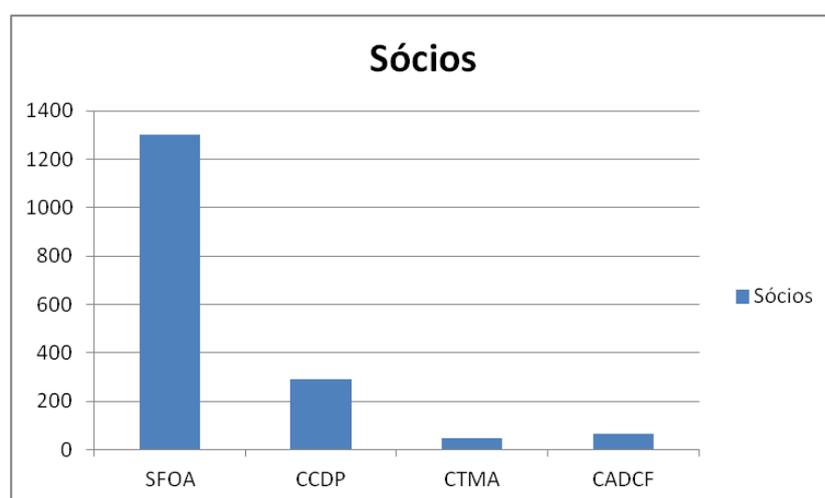
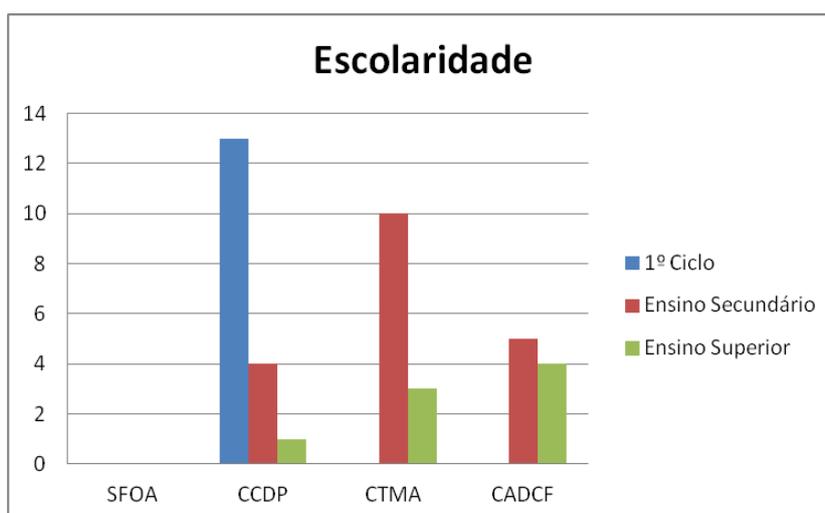
Ilustração 10 Clube Associativo Desportivo Cinza Fénix (CADCF)

Anexo N)

Fonte: Inquéritos devolvidos pelas colectividades, elaboração própria

Nome da Colectividade	Localidade	Data da Fundação	Sede	Espaços e Valências
Sociedade Filarmónica Operária Amorense	Amora	28-06-1898	Sim	Sala de Espectáculos, Camarins, Palco, Salão Nobre, Ginásio, Balneários, Sala de Música, Sala para Reuniões, Biblioteca, Secretaria e Bar.
Centro Cultural e Desportivo das Paivas	Paivas	30-05-1979	Sim	Secretaria, Sala de Direcção, Sala de Reuniões, Sala de Jogos de Mesa, Sala de Artes Decorativas, Sala do Grupo Coral, Bar, Salão para a práticas das modalidades, Sala de Ballet, Sala de Espera, Balneários, Lavandaria, Oficina, Polidesportivo.
Clube de Ténis de Mesa de Amora	Amora	04-08-2008	Não	
Clube Associativo Desportivo Cinza Fénix	Amora	31-07-2013	Não	





Colectividade	Objectivos para o Mandato	Eventos de Maior Relevo	Principais Entidades Financiadoras	Principais Dificuldades
Sociedade Filarmónica Operária Amorense	Dinamizar e promover a colectividade	Festibandas e Workshop de Taekwondo Acrobático	Junta de Freguesia de Amora e Câmara Municipal do Seival	Recrutamento de novos elementos para a Direcção e recursos financeiros
Centro Cultural e Desportivo das Paivas	Não baixar os níveis de oferta desportiva e cultural e manter a estabilidade financeira do Clube	Jogos do Seival e as Férias Desportivas	Junta de Freguesia de Amora e Câmara Municipal do Seival	Recrutamento de novos elementos para a Direcção e recursos financeiros
Clube de Ténis de Mesa de Amora	Proporcionar as condições necessárias para o desenvolvimento do Ténis de Mesa	Campeonato Distrital de Séniores, Juniores Masculinos, Pares Juniores Masculinos, Juniores Mistos, Juniores Femininos, Pares Juniores Femininos e Infantis	Junta de Freguesia de Amora e Câmara Municipal do Seival	Instalações próprias e recursos financeiros
Clube Associativo Desportivo Cinza Fénix	Promover a prática do desporto na comunidade a todos os jovens de ambos os sexos, contribuindo para um melhor desenvolvimento físico, psicológico e motor.	Participação no Campeonato Distrital no escalão de Benjamins através da Associação de Futebol de Setúbal	Restaurante do Concelho do Seival e Transportadora do Concelho de Lisboa	Instalações próprias e recursos financeiros

Anexo O)

Fonte: Centro de Recursos do Movimento Associativo da Câmara Municipal do Seixal

 Totais de Associações - Freguesia e Concelho	
Freguesia	Nº Associações
Aldeia de Paio Pires	25
Amora	81
Arrentela	56
Corroios	65
Fernão Ferro	21
Seixal	29
Total do Concelho	277

segunda-feira, 23 de Junho de 2014

Página 1 de 1

Anexo P)

Fonte: Página da Câmara Municipal do Seixal

	MUNICÍPIO DO SEIXAL CÂMARA MUNICIPAL PECJ	Normas e Critérios de Apoio ao Movimento Associativo Cultural do Concelho	Data: 2006/12/07
---	--	--	------------------

1 - INTRODUÇÃO

O desenvolvimento cultural constitui um dos elementos estruturantes da democratização do país, para o qual o Movimento Associativo Cultural (MAC), de base popular, tem dado um contributo decisivo nas últimas décadas, no acesso das populações à fruição e criação cultural.

O movimento associativo constitui uma das riquezas sobre as quais assenta a identidade cultural do concelho do Seixal, onde as colectividades e associações, para além de locais de convívio e de reunião, são também espaços de amizade, fraternidade, de cooperação e de solidariedade, de humanismo e de cidadania.

Ciente da importância do associativismo no concelho, a Câmara Municipal do Seixal sempre apoiou as mais diversas vertentes da actividade comunitária desenvolvida pelas colectividades e associações, reconhecendo e valorizando o papel que desempenham junto da população, na melhoria da sua qualidade de vida, na defesa das raízes culturais locais e na dinamização cultural da comunidade.

Assim, desde a instalação do poder local democrático no Seixal, o apoio ao movimento associativo tem constituído uma prioridade da política municipal, com o objectivo de incentivar e fortalecer a sua valiosa actividade no seio da comunidade local.

Nesta perspectiva, a Câmara Municipal do Seixal (CMS) tem vindo a incluir nos seus planos de actividades e orçamentos, verbas para o apoio às iniciativas dos agentes culturais e associativos do concelho.

Este apoio tem sido concretizado através da atribuição de comparticipações financeiras, aquisição de equipamentos, apoio logístico, cedência de transportes e edição de materiais gráficos, entre outros.

Particular relevo adquiriu, nas últimas décadas, a construção de instalações e a aquisição dos respectivos equipamentos, com o objectivo de proporcionar ao MAC as condições necessárias à prossecução dos seus objectivos.

Apesar de constituírem avultadas verbas, estes apoios não têm como objectivo a resolução de todos os problemas com que se debatem as colectividades e associações do concelho. A cada um compete mobilizar os recursos necessários à sua dinâmica associativa, procurando a colaboração de outras entidades públicas e privadas da região, fomentando o envolvimento activo dos seus associados, estimulando a iniciativa própria, a autonomia de decisão, o espírito associativo e o voluntariado.

Simultaneamente, constata-se que o apoio da CMS, necessita de ser ajustado a novas situações, de forma a estimular a diversidade associativa, incrementar a actividade sócio cultural e cívica dos cidadãos e a sua participação nas actividades da comunidade em que se inserem.

Com vista à racionalização e gestão eficaz dos recursos disponíveis, a CMS instituiu um conjunto de normas e critérios reguladores dos apoios a conceder ao MAC, com a concordância deste, que permite delinear programas de apoio e estabelecer contratos programa com cada um dos seus membros.

	MUNICÍPIO DO SEIXAL CÂMARA MUNICIPAL PECJ	Normas e Critérios de Apoio ao Movimento Associativo Cultural do Concelho	Data: 2006/12/07
---	--	--	------------------

1 - INTRODUÇÃO

O desenvolvimento cultural constitui um dos elementos estruturantes da democratização do país, para o qual o Movimento Associativo Cultural (MAC), de base popular, tem dado um contributo decisivo nas últimas décadas, no acesso das populações à fruição e criação cultural.

O movimento associativo constitui uma das riquezas sobre as quais assenta a identidade cultural do concelho do Seixal, onde as colectividades e associações, para além de locais de convívio e de reunião, são também espaços de amizade, fraternidade, de cooperação e de solidariedade, de humanismo e de cidadania.

Ciente da importância do associativismo no concelho, a Câmara Municipal do Seixal sempre apoiou as mais diversas vertentes da actividade comunitária desenvolvida pelas colectividades e associações, reconhecendo e valorizando o papel que desempenham junto da população, na melhoria da sua qualidade de vida, na defesa das raízes culturais locais e na dinamização cultural da comunidade.

Assim, desde a instalação do poder local democrático no Seixal, o apoio ao movimento associativo tem constituído uma prioridade da política municipal, com o objectivo de incentivar e fortalecer a sua valiosa actividade no seio da comunidade local.

Nesta perspectiva, a Câmara Municipal do Seixal (CMS) tem vindo a incluir nos seus planos de actividades e orçamentos, verbas para o apoio às iniciativas dos agentes culturais e associativos do concelho.

Este apoio tem sido concretizado através da atribuição de comparticipações financeiras, aquisição de equipamentos, apoio logístico, cedência de transportes e edição de materiais gráficos, entre outros.

Particular relevo adquiriu, nas últimas décadas, a construção de instalações e a aquisição dos respectivos equipamentos, com o objectivo de proporcionar ao MAC as condições necessárias à prossecução dos seus objectivos.

Apesar de constituírem avultadas verbas, estes apoios não têm como objectivo a resolução de todos os problemas com que se debatem as colectividades e associações do concelho. A cada um compete mobilizar os recursos necessários à sua dinâmica associativa, procurando a colaboração de outras entidades públicas e privadas da região, fomentando o envolvimento activo dos seus associados, estimulando a iniciativa própria, a autonomia de decisão, o espírito associativo e o voluntariado.

Simultaneamente, constata-se que o apoio da CMS, necessita de ser ajustado a novas situações, de forma a estimular a diversidade associativa, incrementar a actividade sócio cultural e cívica dos cidadãos e a sua participação nas actividades da comunidade em que se inserem.

Com vista à racionalização e gestão eficaz dos recursos disponíveis, a CMS instituiu um conjunto de normas e critérios reguladores dos apoios a conceder ao MAC, com a concordância deste, que permite delinear programas de apoio e estabelecer contratos programa com cada um dos seus membros.

	MUNICÍPIO DO SEIXAL CÂMARA MUNICIPAL PECJ	Normas e Critérios de Apoio ao Movimento Associativo Cultural do Concelho	Data: 2006/12/07
---	---	--	------------------

2 - PRINCÍPIOS GERAIS

Os princípios gerais das normas e critérios assentam nos objectivos da política cultural da Câmara Municipal do Seixal, reflectindo a cooperação necessária entre a CMS e o MAC.

As normas e critérios de apoio ao movimento associativo cultural do concelho do Seixal baseiam-se nos valores democráticos e têm como finalidade garantir a eficácia, rigor e transparência dos apoios da Câmara Municipal do Seixal às associações e colectividades na área da cultura, permitindo um progressivo crescimento das actividades culturais, visando a afirmação cultural do concelho.

3 - OBJECTIVOS

As normas que regulam os apoios da autarquia ao MAC têm como objectivos:

- 3.1 - Melhorar a capacidade de resposta do MAC à procura de actividades culturais pela população;
- 3.2 - Incentivar a cooperação cultural entre as diversas entidades associativas do concelho;
- 3.3 - Valorizar a participação e a criatividade dos jovens;
- 3.4 - Incentivar a inovação e o dinamismo;
- 3.5 - Valorizar a rentabilização dos recursos existentes;
- 3.6 - Promover a eficácia e transparência do financiamento público.

4 - APOIOS

4.1 - CANDIDATURA (Programas/Projectos, Protocolos, Contratos-Programa)

As colectividades, as associações e os grupos culturais autónomos devem apresentar anualmente, até ao dia 30 de Novembro, os *Programas / Projectos de Continuidade* a desenvolver no ano seguinte, devidamente caracterizados e dotados de estimativas orçamentais, indicando os tipos de apoio pretendido. A candidatura é apresentada em formulário próprio, fornecido pelos serviços culturais da CMS.

Caso haja mudança de dirigentes, estes poderão rectificar a candidatura anterior, até 30 dias após a sua tomada de posse.

A CMS de acordo com o seu plano de actividades e orçamento fará a avaliação do trabalho desenvolvido, bem como da aplicação dos apoios anteriores e, com base no parecer dos serviços competentes, decidirá dos apoios a conceder. Seguidamente é elaborado um contrato-programa, a submeter a deliberação de câmara, o qual deve ser posteriormente assinado pelas partes, a fim de se tornar válido.

Caso surja, ao longo do ano, um *Projecto Pontual* de relevante interesse, a associação ou a colectividade que o promove, poderá candidatar-se aos apoios da autarquia, mediante entrega, até 30 dias antes, do formulário próprio devidamente preenchido, seguindo-se todos os procedimentos aplicados aos programas de continuidade.

Em cada ano, apenas poderão ser atribuídos apoios às associações que entreguem o respectivo plano de actividades no prazo indicado ou se candidatem a projectos pontuais.

A falta de qualquer relatório anterior, bem como dos respectivos comprovativos de despesas, é impeditiva da atribuição de quaisquer apoios, até à regularização da situação.

	MUNICÍPIO DO SEIXAL CÂMARA MUNICIPAL PECJ	Normas e Critérios de Apoio ao Movimento Associativo Cultural do Concelho	Data: 2006/12/07
---	---	--	------------------

O não cumprimento das cláusulas constantes nos contratos-programa, designadamente o seu objecto, ou as contrapartidas estabelecidas, implicará penalização nos apoios a atribuir no ano seguinte, salvo motivo de força maior, devidamente fundamentado no relatório.

As colectividades e associações obrigam-se a comunicar à autarquia quaisquer alterações aos projectos que tenham sido apoiados através de contratos-programa.

4.2 - TIPOS DE APOIO

Os apoios concedidos pela CMS devem ser transparentes, procurando garantir a rentabilidade e optimização dos meios.

Estes apoios não se destinam a suportar os custos totais das acções propostas pelo MAC, mas devem ser considerados como contributos para a concretização dessas acções, uma vez que o papel da autarquia não é o de substituir a dinâmica própria das colectividades e restantes associações culturais.

Os apoios podem ser:

- Participações financeiras para apoio o funcionamento das diversas actividades culturais (Bandas Filarmónicas, Orquestras Ligeiras, Escolas de Música, Ranchos Folclóricos, Grupos de Teatro, Dança, Animação, Grupos Corais, Grupos de Música Popular/Tradicional, Clássica e Contemporânea, Artes Plásticas, Literatura, Exposições, Ateliês, Debates, entre outras);
- Cedência de transportes;
- Participações na aquisição de bens e equipamentos;
- Cedência de equipamentos e/ou espaços municipais;
- Conservação, manutenção e requalificação de instalações;
- Apoio técnico e logístico;
- Divulgação.

Observações

A cedência de transportes, de equipamentos e de espaços municipais, estão sujeitos a critérios específicos estabelecidos pela autarquia em cada ano, em função das suas disponibilidades.

Dos critérios de cedência de transportes, será dado conhecimento ao MAC até 31 de Dezembro do ano anterior.

Os programas e projectos apoiados pela autarquia serão acompanhados regularmente, por técnicos da DAC.

A - Participações Financeiras e outros apoios

- As participações financeiras serão concedidas mediante a apresentação à autarquia do *Plano de Actividades - Área Cultural* de cada ano, que deverá incluir os programas de continuidade e as iniciativas específicas, de carácter regular;
- Serão apoiados programas e projectos planeados e realizados pelo MAC, destinados à produção de iniciativas nos vários domínios da animação sócio cultural e da actividade cívica;
- Cada programa e/ou projecto será objecto de uma proposta específica que engloba, para além de objectivos e caracterização da iniciativa, a identificação dos recursos necessários, data e local da realização;

	<p>MUNICÍPIO DO SEIXAL CÂMARA MUNICIPAL PECJ</p>	<p>Normas e Critérios de Apoio ao Movimento Associativo Cultural do Concelho</p>	<p>Data: 2006/12/07</p>
---	--	---	-------------------------

- As fichas de candidatura (formulários: *Programas/Projectos de Continuidade* ou *Projecto Pontual*), deverão ser entregues nos serviços da CMS - Divisão de Acção Cultural;
- Todos os pedidos de apoio a programas e projectos sócio - culturais, serão objecto de parecer dos serviços competentes, de forma a serem evitadas duplicações, dispersão de meios e/ou situações de desigualdade.

A- 1- Bandas Filarmónicas, Orquestras Ligeiras e Escolas de Música

- 1.1 - Comparticipação financeira no funcionamento regular das actividades culturais, designadamente no apoio à aquisição de instrumentos, fardamentos, materiais para as escolas de música e consumíveis, bem como nas despesas de funcionamento;
- 1.2 - Apoio a iniciativas de divulgação e fomento da música (organização de encontros, festivais, gravações, etc.);
- 1.3 - Apoio à edição de material gráfico de divulgação;
- 1.4 - Apoio logístico e cedência de transportes, segundo a regulamentação existente;
- 1.5 - Apoio a iniciativas não especificadas nestas normas, que se revelem de interesse para o fomento da música no concelho ou de divulgação no exterior do mesmo.

A- 2- Ranchos Folclóricos

- 2.1 - Comparticipação financeira nas actividades regulares, designadamente nas despesas de funcionamento;
- 2.2 - Apoio a iniciativas de divulgação e fomento do folclore (organizações de encontros, festivais, gravações, etc.);
- 2.3 - Apoio à edição de materiais gráficos;
- 2.4 - Apoio logístico e cedência de transportes, segundo regulamentação existente;
- 2.5 - Apoio a outras iniciativas, não especificadas nestas normas que se revelem de interesse para o fomento do folclore no concelho ou no exterior do mesmo.

A- 3- Grupos Amadores de Teatro, Dança e Animação

- 3.1 - Comparticipação financeira nas actividades regulares, designadamente nas despesas de funcionamento;
- 3.2 - Apoio a iniciativas de divulgação e fomento das artes do palco;
- 3.3 - Apoio à edição de materiais gráficos;
- 3.4 - Apoio logístico, cedência de transportes e de equipamentos, segundo regulamentação existente;
- 3.5 - Apoio a iniciativas na área da formação;
- 3.6 - Apoio a outras iniciativas, não especificadas nestas normas, que se revelem de interesse para o fomento das artes de palco no concelho e da sua divulgação no exterior.

A- 4- Grupos Corais

- 4.1 - Comparticipação financeira nas actividades regulares, designadamente nas despesas de funcionamento;
- 4.2 - Apoio a iniciativas de divulgação e fomento do canto (organização de encontros, festivais, gravações, etc.);
- 4.3 - Apoio à edição de materiais gráficos;
- 4.4 - Apoio logístico, e cedência de transportes, segundo regulamentação existente;
- 4.5 - Apoio a outras iniciativas, não especificadas nestas normas, e que se revelem de interesse para o fomento dos grupos corais no concelho ou de divulgação no exterior do mesmo.

	<p>MUNICÍPIO DO SEIXAL CÂMARA MUNICIPAL PECJ</p>	<p>Normas e Critérios de Apoio ao Movimento Associativo Cultural do Concelho</p>	<p>Data: 2006/12/07</p>
---	--	---	-------------------------

A- 5- Grupos de Música Popular/Tradicional, Clássica e Contemporânea

- 5.1 - Comparticipação financeira nas actividades regulares, designadamente nas despesas de funcionamento;
- 5.2 - Apoio a iniciativas de interesse municipal, para divulgação e fomento da música;
- 5.3 - Apoio à edição de materiais gráficos;
- 5.4 - Apoio logístico, e cedência de transportes, segundo regulamentação existente;
- 5.5 - Apoio a iniciativas não especificadas nestas normas, que se revelem de interesse para o fomento da música no concelho ou de divulgação no exterior do mesmo.

A- 6- Associações de Artes Plásticas, Arte Popular e Literatura

- 6.1 - Comparticipação financeira nas actividades regulares, designadamente nas despesas de funcionamento;
- 6.2 - Apoio na realização de iniciativas específicas (exposições, ateliês, debates, colóquios, etc);
- 6.3 - Apoio a edições literárias;
- 6.4 - Apoio à edição de materiais gráficos;
- 6.5 - Apoio na divulgação;
- 6.6 - Apoio logístico e cedência de transportes, segundo regulamentação existente;

A- 7- Outras Áreas Culturais

- 7.1 - Apoio a projectos de interesse municipal no interior ou de divulgação no exterior;
- 7.2 - Apoio, através de comparticipação financeira que contribua para a viabilização do(s) projecto(s);
- 7.3 - Apoio logístico e cedência de transportes, segundo regulamentação existente;
- 7.4 - Apoio à edição de materiais gráficos de divulgação;
- 7.5 - Outros apoios não especificados nas normas, mas que se revelem de interesse para a execução do(s) projecto(s);
- 7.6 - Comparticipação na aquisição de bens e serviços.

4.3 - CONDIÇÕES

Quando os apoios da autarquia são atribuídos às associações candidatas, estas obrigam-se a um conjunto de compensações que são especificadas no respectivo contrato-programa.

As compensações mais frequentes são as que a seguir se identificam:

- Indicação expressa do apoio da autarquia em todos os materiais editados, telas, panos de palco, etc, com a colocação do logótipo ou brasão da CMS;
- Realização gratuita de espectáculos a convite da autarquia, em calendário a acordar entre as partes, cabendo à CMS disponibilizar o transporte e prestar os apoios logístico e técnico necessários;
- Cedência gratuita dos seus espaços à autarquia, em calendário a acordar entre as partes;
- Outras, que se revelem adequadas às situações concretas.

	MUNICÍPIO DO SEIXAL CÂMARA MUNICIPAL PECJ	Normas e Critérios de Apoio ao Movimento Associativo Cultural do Concelho	Data: 2006/12/07
---	---	--	------------------

4.4 - CRITÉRIOS GERAIS

Os critérios da autarquia para atribuição dos apoios ao MAC, devem ser claros e equilibrados, de forma a que todos os seus membros usufruam deles equitativamente.

Assim, torna-se necessária a sua clarificação, como se segue:

Comparticipações

Todos os pedidos de comparticipação financeira, para aquisição de bens e serviços, serão objecto de análise face à actividade desenvolvida, no âmbito concreto a que se destinam;

Transportes

A cedência de transportes destina-se a actividades que valorizem o município, que representem uma mais-valia para o desenvolvimento da cultura no concelho e para o desenvolvimento do objectivo social da associação ou da colectividade.

Para uma cedência mais equilibrada e rigorosa, a atribuição de transportes ao MAC será anualmente plafonada, tendo em conta os planos de actividades apresentados, as actividades desenvolvidas no ano anterior, a natureza de cada associação ou colectividade.

O cumprimento do regulamento de transportes municipais é obrigatório.

Equipamentos móveis. Apoios técnico e logístico

A cedência de equipamentos móveis para a realização de iniciativas do MAC, depende da disponibilidade dos mesmos, da sua adequação à iniciativa e das condições de montagem, operação e desmontagem. Anualmente serão estabelecidas as condições de cedência.

Espaços Municipais

A cedência de espaços municipais justifica-se para apresentação pública de espectáculos, concertos e outras iniciativas culturais destinadas ao público em geral e que representem um esforço de qualidade da produção cultural amadora.

A possibilidade de cedência será analisada caso a caso, tendo em conta a programação própria de cada espaço municipal e o respectivo regulamento.

A situação de cedência não colide, em momento algum, com a integração de grupos artísticos oriundos do movimento associativo na programação regular dos espaços, a convite da autarquia.

Conservação, Manutenção e Requalificação das Instalações do Movimento Associativo

Os apoios para conservação, manutenção ou requalificação das instalações do MAC dependem da apresentação fundamentada das necessidades, de uma avaliação muito exaustiva das intervenções a realizar, das soluções de financiamento em perspectiva e da avaliação custo/benefício do investimento a efectuar.

Os serviços da Câmara Municipal do Seixal irão avaliar a pertinência da realização das intervenções propostas, a sua adequação à actividade ali desenvolvida e do seu contributo para o desenvolvimento na vertente cultural.

	MUNICÍPIO DO SEIXAL CÂMARA MUNICIPAL PECJ	Normas e Critérios de Apoio ao Movimento Associativo Cultural do Concelho	Data: 2006/12/07
---	---	--	------------------

As solicitações de novas instalações ou remodelações profundas devem ser dirigidas à CMS, através dos serviços da Divisão de Acção Cultural, e serão objecto de análise no que se refere à sua pertinência face à dinâmica cultural da associação solicitante.

5 - AVALIAÇÃO

No âmbito das normas e critérios de apoio ao MAC pretende-se ainda efectuar uma avaliação rigorosa, que possibilite progressivamente a sua melhor adaptação à realidade, reforçando os princípios de equidade, transparência e eficácia. Para tal é necessário uma avaliação clara do cumprimento do contrato-programa estabelecido com cada associação ou colectividade.

A avaliação será contínua, através do acompanhamento do cumprimento dos contratos-programa, baseando-se em dois aspectos fundamentais:

- Boa aplicação dos apoios concedidas;
- Cumprimento dos objectivos propostos.

Anualmente cada associação ou colectividade terá acesso à informação detalhada sobre os apoios concedidos pela autarquia, e sua equivalência ao nível de custos, de forma a que esses apoios sejam correctamente contabilizados.

5.1 - INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

Os *Projectos/Programas de Continuidade*, apoiados pela autarquia, ficam obrigados à apresentação de relatórios trimestrais (ficha de relatório a fornecer pela autarquia), acompanhados de comprovativos de despesas, a entregar na CMS, serviços da Divisão de Acção Cultural, na quinzena seguinte ao final de cada trimestre.

Os *Projectos Pontuais* apoiados pela autarquia serão objecto de relatório final (ficha de relatório a fornecer pela autarquia), acompanhado dos comprovativos das despesas efectuadas, a entregar até um mês após a sua conclusão.

As participações financeiras da CMS para aquisição de bens ou serviços, deverão ser justificadas, com comprovativos de despesas, no relatório do trimestre em que as despesas se efectuaram.

Quando haja lugar à participação financeira da autarquia em obras de remodelação efectuadas pela colectividade ou associação, estas deverão ser acompanhadas por um técnico competente da autarquia; após a sua conclusão, deverá ser elaborado um relatório específico, acompanhado dos comprovativos de despesa, e entregue nos serviços da CMS no período máximo de 1 mês.

A não entrega dos relatórios e comprovativos de despesas referenciados significa a penalização nas próximas iniciativas até normalização da situação.

	<p>MUNICÍPIO DO SEIXAL CÂMARA MUNICIPAL PECJ</p>	<p>Normas e Critérios de Apoio ao Movimento Associativo Cultural do Concelho</p>	<p>Data: 2006/12/07</p>
---	--	---	-------------------------

5.2 - CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Considera a CMS como critérios de avaliação os seguintes:

- I. Actividades desenvolvidas no ano anterior, bem como no próprio ano, quando já realizadas: número de actuações na área do município e no exterior e participação em iniciativas municipais;
- II. Desenvolvimento de acções na área do ensino e da formação, designadamente de jovens dirigentes associativos, e contributos para o desenvolvimento da vertente cultural no Concelho, envolvendo a juventude;
- III. Produção/participação em iniciativas próprias, ou em colaboração com outros agentes, e promoção de acções de carácter social;
- IV. Acções desenvolvidas para salvaguarda do património artístico, técnico, documental e outro, antigo e recente; desenvolvimento de projectos de registo e divulgação das tradições locais;
- V. Realização de projectos de manifesto interesse municipal;
- VI. Autonomia e capacidade de organização e mobilização de recursos, na planificação e execução de iniciativas concretas;
- VII. Cumprimento das contrapartidas estabelecidas nos contratos programa;
- VIII. Diversificação de acções culturais, visando a formação de novos públicos;
- IX. Cedência temporária dos seus espaços a outras associações culturais do concelho que não possuam instalações próprias.

Anexo Q)

Fonte: Página da Junta de Freguesia de Amora

Regulamento para a concessão de apoios ao Movimento Associativo da Freguesia de Amora

Nota Justificativa

O Associativismo constitui uma das grandes riquezas da Freguesia de Amora, sendo que as suas atividades se revestem de um inegável valor, devendo os poderes públicos avaliar a concessão de apoios, segundo regras de isenção e transparência que valorizem a função social das Associações.

O Projeto de Regulamento passou por um período de discussão pública de 30 dias.

Foi ouvida a Comissão Desportiva da Freguesia que deu várias sugestões e aprovou o documento.

Foram recebidas e consideradas várias propostas de Entidades e eleitos da Assembleia de Freguesia que contribuíram desta forma para um melhor e mais consensual Regulamento.

Pretendemos reconhecer e dignificar o trabalho de todos aqueles que se dedicam à causa associativa, prestando um serviço público inestimável à comunidade estabelecendo uma parceria inequívoca com a atuação da Junta de Freguesia, otimizando as sinergias resultantes de uma atuação concertada para o desenvolvimento da Freguesia.

O atual Regulamento pretende ser um instrumento agregador e mobilizador destas parcerias que se pretende valorizar e adaptar às exigências do nosso tempo, reforçando o papel determinante da prática associativa na construção de uma cidadania plena.

Temos uma responsabilidade coletiva, daí que a boa utilização dos recursos disponíveis por parte do movimento associativo, seja para nós prioritário. Juntos continuaremos a ter uma Freguesia, não apenas com história mas também com desenvolvimento.

Assim, nos termos do disposto nos artigos 112º, nº8 e 241º da Constituição da República Portuguesa, do preceituado na alínea j), do nº2, do artigo 17º, da alínea b), do nº5 e alíneas j) e l), do nº6, ambas do artigo 34º da Lei 169/99, de 18 de setembro na redação que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, a Junta de Freguesia de Amora, no uso da sua Competência Regulamentar e em conformidade com o artigo 118º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto Lei 442/91, de 15 de novembro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei 6/96, de 31 de janeiro, submeteu o presente regulamento à apreciação pública durante o período de 30 dias.

Capítulo I

Disposições Gerais

Artigo 1.º

Lei habilitante

O presente Regulamento enquadra-se ao abrigo e nos termos do preceituado na alínea j) do n.º 2 do art. 17.º, alínea b) do n.º 5 e alíneas j) e i) do n.º 6 do art. 34.º da Lei 169/99 de 18 de setembro com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro.

Artigo 2.º **Objeto**

O presente Regulamento estabelece os procedimentos e critérios a observar pela Junta de Freguesia de Amora, na prestação de subsídios e apoios às entidades que prossigam fins culturais, artísticos, recreativos e desportivos na circunscrição territorial correspondente à Freguesia de Amora.

Artigo 3.º **Âmbito material**

O presente Regulamento define os objetivos e regras de apoios, que revistam interesse público.

1- Constituem áreas de interesse público, designadamente:

- a) Intervenção Social;
- b) Educação;
- c) Cultura;
- d) Desporto e Tempos Livres;
- e) Juventude;
- f) Ambiente;
- g) Saúde.

2- Os projetos poderão ter os seguintes públicos alvo:

- Crianças;
- Jovens;
- Idosos;
- Pessoas com necessidades especiais.

3- Serão valorizados os projetos que:

- Promovam a inclusão social;
- Privilegiem parcerias inter-associativas e com instituições de natureza diversa;
- Privilegiem a inovação.

4- A Junta de Freguesia pode apoiar a aquisição de equipamentos ou obras de conservação e beneficiação de sedes ou outras instalações de associações de carácter cultural e recreativo, bem como de Instituições Particulares de Solidariedade Social da Freguesia, afetas ao desenvolvimento das atividades e projetos a que se referem os números anteriores.

Artigo 4º **Conceitos**

Para efeitos do presente regulamento, considera-se:

1- Entidades: Pessoas Coletivas que prossigam fins culturais, artísticos, recreativos e desportivos, que se encontrem legalmente constituídas, sem fins lucrativos, prossigam atividades que se proponham desenvolver na Freguesia de Amora, iniciativas pontuais de carácter cultural, recreativo, artístico, pedagógico, académico ou científico.

Atividades das entidades e que se revistam de características suficientemente relevantes para serem consideradas importantes no desenvolvimento da Freguesia, bem como o apoio pontual à gestão e funcionamento das entidades;

c) Apoios para Equipamentos/Infraestruturas - destinam-se a apoiar as entidades que pretendem construir, e/ou reparar, e/ou remodelar as suas instalações e cuja manutenção, posterior, ficará a cargo da Associação;

d) Apoio à aquisição de veículos de transporte – destina-se a reforçar a disponibilidade logística e a parceria local, no fomento da atividade desportiva, cultural e social da Freguesia.

Artigo 8.º

Compromisso das Entidades

As Entidades que venham a ser apoiadas pela Junta de Freguesia de Amora disponibilizar-se-ão para participarem nas iniciativas da Junta, comparecendo nas reuniões para as quais são convocadas e participando nas iniciativas promovidas pela Junta de Freguesia.

Artigo 9.º

Deveres das Entidades

São deveres das entidades que pretendam aceder aos subsídios da Junta de Freguesia de Amora:

- a) Entregar até 30 de setembro de cada ano, o Plano de Atividades previsto para o ano seguinte;
- b) Entregar até 30 de abril de cada ano, o Relatório e Contas do ano anterior, onde constem as atividades e investimentos previsto e realizados e as atividades e investimentos previstos e não realizados, assim como o montante global das receitas e despesas;
- c) Aplicar convenientemente os subsídios recebidos;
- d) Comunicar à Junta de Freguesia de Amora, a eleição ou alteração dos Órgãos Sociais e/ou dos Estatutos que regem a entidade.

Capítulo III

Apresentação, Instrução e Avaliação dos Pedidos

Artigo 10.º

Apresentação e Prazo de Entrega dos Pedidos

1- Os pedidos de apoio deverão ser solicitados até à data limite de 30 de setembro, do ano anterior ao da sua execução de forma a possibilitar a análise adequada das candidaturas apresentadas.

2- A Junta de Freguesia de Amora pode aceitar pedidos de apoio com prazos diferentes do definido no ponto anterior, sempre que tal seja de relevante interesse para a Freguesia, ficando sujeitos ao previsto no art.º 11º do presente regulamento.

Artigo 11.º

Instrução das Candidaturas

1- As Entidades poderão candidatar-se aos apoios da Junta de Freguesia de Amora desde que cumpram, cumulativamente, os requisitos seguintes:

a) Tenham sede social na Freguesia de Amora ou as atividades propostas tenham por objeto o âmbito geográfico e/ou a população da Freguesia de Amora;

b) Estejam devidamente legalizadas e apresentem cópia da seguinte documentação:

- Estatutos da entidade devidamente legalizados;

- Certidão comprovativa da situação tributária;

- Certidão comprovativa da situação contributiva perante a Segurança Social.

c) Apresentem o Plano de Atividades proposto para o ano seguinte;

d) Apresentem o Relatório e Contas do ano findo, até abril do ano seguinte.

2- A Junta de Freguesia de Amora reserva-se o direito de solicitar, sempre que o entender, documentação complementar;

3- Cada candidatura deve indicar de forma clara e em concreto os fins a que se destina o apoio, utilizando para isso o “modelo A” para os Apoios Regulares, o “modelo B” para os Apoios Extraordinários e o “modelo C” para os Apoios para Obras e Aquisição de viaturas;

4- A candidatura aos apoios previstos não constitui obrigação da Junta de Freguesia de Amora e os mesmos serão sempre condicionados às disponibilidades financeiras e correspondente cabimentação no Orçamento e PPA.

Artigo 12.º

Comissão de Avaliação

1- A Comissão de Avaliação terá a seguinte constituição:

a) Presidente da Junta de Freguesia, que preside à Comissão;

b) 2 Vogais do Executivo da Junta de Freguesia;

c) 1 membro da Assembleia de Freguesia, a indicar por esta;

d) 1 membro do Movimento Associativo escolhido em plenário.

2- A Comissão só poderá funcionar com um número ímpar e um mínimo de três membros.

Artigo 13.º

Critérios de Avaliação das Candidaturas

1- Compete à Comissão de Avaliação, aplicar os critérios de seleção e apresentá-los ao Executivo da Junta de Freguesia.

2- As candidaturas apresentadas serão avaliadas de acordo com os critérios aprovados pelo Executivo e os resultados dessa avaliação, observadas as regras orçamentais aplicadas à despesa pública, será do conhecimento público, através da publicação pelos meios habituais.

3- As entidades que não consigam cumprir os prazos e os requisitos anteriormente exigidos, serão objeto de uma análise cuidada e individual de modo a que, quer em termos orçamentais, quer no plano legal, possam ser apoiadas em conformidade com as atividades propostas na candidatura.

Capítulo IV

Critérios para apoios às Entidades de Caráter Cultural, Desportivo e de Tempos Livres

Secção I

Entidades de Caráter Cultural

Artigo 14.º

Entidades de Caráter Cultural

As Entidades de caráter cultural são aquelas que desenvolvem atividades nesta área periodicamente e com caráter contínuo.

Artigo 15.º

Critérios para Apoios às Entidades de Caráter Cultural

- 1- A apreciação das candidaturas será feita tendo por base os seguintes critérios:
- a) Interesse e qualidade cultural dos projetos e/ou ações para a Freguesia e para a sua população;
 - b) Resultados obtidos em projetos e/ou ações anteriormente realizados;
 - c) Continuidade do projeto e qualidade de anteriores realizações;
 - d) Equilíbrio e razoabilidade da proposta orçamental em relação aos objetivos propostos;
 - e) Capacidade de diversificação das fontes de apoio financeiro e logístico dos projetos e/ou ações.

Artigo 16.º

Apoio às Entidades de Caráter Cultural

1- As entidades de caráter cultural receberão anualmente apoio financeiro de acordo com os critérios definidos nos art.ºs 11º e 15º.

2- Para além dos apoios anteriormente referidos, às Associações poderão usufruir do apoio logístico, a definir pontualmente face às suas necessidades e disponibilidade dos serviços da Autarquia.

Secção II

Entidades de Carácter Desportivo e de Tempos Livres

Artigo 17.º

Entidades de Carácter Desportivo e Tempos Livres

Associações de carácter desportivo são aquelas que desenvolvem atividades nesta área, periodicamente, tais como são a generalidade das coletividades e associações existentes na Freguesia, ou outros que entretanto possam vir a aparecer no panorama associativo da Freguesia e com carácter contínuo.

Artigo 18.º

Critérios para os Apoios às Entidades de Carácter Desportivo e Tempos Livres

- 1- O apoio será valorizado tendo em consideração o tipo de desporto que a Autarquia pretende para a Freguesia de Amora.
- 2- A apreciação das candidaturas será feita tendo por base os seguintes critérios:
 - a) Interesse e qualidade desportiva dos projetos e/ou ações para a Freguesia e para a sua população;
 - b) Fomento do desporto jovem/formação;
 - c) Prática do desporto organizado/federado;
 - d) Prática de desporto com enquadramento técnico, com a formação adequada e de qualidade;
 - e) Âmbito geográfico mais vasto na prática desportiva;
 - f) Maior qualidade evidenciada nas provas em que estão inseridas;
 - g) Resultados obtidos em projetos e/ou ações anteriormente realizados;
 - h) Continuidade do projeto e qualidade de anteriores realizações;
 - i) Equilíbrio e razoabilidade da proposta orçamental em relação aos objetivos propostos;
 - j) Capacidade de diversificação das fontes de apoio financeiro e logístico dos projetos e/ou ações.

Artigo 19.º

Apoios às Entidades de Carácter Desportivo e Tempos Livres

- 1- A Junta de Freguesia de Amora tem como objetivo, o aumento do número de praticantes, que se deve dar essencialmente nos escalões mais jovens, pretendendo-se aumentar a prática regular da atividade desportiva com padrões de qualidade e com enquadramento técnico.
- 2- A prática de modalidades desportivas federadas deverá ser mencionada, devendo as entidades apresentar o programa para a época desportiva constando, obrigatoriamente, a descrição das atividades a desenvolver, o número de praticantes e as suas idades, o número de provas em que participarão e todos os outros elementos complementares que permitam à Junta de Freguesia de

Amora uma correta avaliação do seu Plano de Atividades.

3- As entidades de caráter desportivo receberão anualmente apoio financeiro de acordo com os critérios definidos nos art.ºs 11.º e 18.º.

4- Para além dos apoios anteriormente referidos, as entidades poderão usufruir de apoio logístico, a definir pontualmente face às suas necessidades e disponibilidade dos serviços da Autarquia.

Secção III

Outras áreas

Artigo 20.º

CrITÉrios para os Apoios em Outras Áreas

1- Todas as candidaturas cujos projetos e/ou ações apresentados, não se enquadrem no âmbito dos artigos 14.º e 17.º do presente Regulamento, serão apreciadas com as devidas adaptações à particularidade de cada uma das áreas, nomeadamente:

- a) Interesse e qualidade dos projetos e/ou ações para a freguesia e para a sua população;
- b) Resultados obtidos em projetos e/ou ações anteriormente realizados;
- c) Continuidade de projetos e qualidade de anteriores realizações;
- d) Equilíbrio e a razoabilidade da proposta orçamental em relação aos objetivos propostos;
- e) Capacidade de diversificação das fontes de apoio financeiro e logístico dos projetos e/ou ações.

Capítulo IV

Dos Apoios Concedidos para Realização de Obras

Artigo 21.º

CrITÉrios para os Apoios a Obras

1- As Entidades que venham a sentir necessidade de efetuar reparações, remodelações e/ou realizar obras nas suas instalações, serão apoiadas pela Junta de Freguesia de Amora, através de um apoio específico e pontual, desde que a Autarquia venha a considerar essas obras estruturais.

2- As Entidades que pretendam beneficiar deste apoio devem inclui-lo no seu Plano de Atividades ou em candidatura própria mas, em ambos os casos, terão de entregar o pedido por escrito, segundo o "modelo C" e anexar os seguintes documentos:

- a) Três orçamentos;
- b) Memória descritiva do projeto que pretendem realizar;
- c) Compromisso de no final da obra, ser entregue na Junta de Freguesia de Amora um documento de termo de obra.

3- A apreciação das candidaturas será feita tendo por base os seguintes critérios:

- a) Interesse da realização das obras para a Freguesia e para a sua população;
- b) Disponibilidade de colocar as instalações ao serviço da Freguesia e da população;

- c) Equilíbrio e razoabilidade da proposta orçamental em relação aos objetivos propostos;
- d) Capacidade de diversificação das fontes de apoio financeiro e logístico dos projetos e/ou ações.

Artigo 22.º **Apoio a Obras**

As Entidades que venham a beneficiar de apoio para as suas obras receberão apoio financeiro de acordo com os critérios definidos no artigo anterior.

Capítulo VI

Apoio à aquisição de veículos de transporte

Artigo 23.º **Condições**

As participações a atribuir dependerão da disponibilidade financeira da Autarquia e são apenas destinadas à aquisição de viaturas novas e usadas, para apoio à atividade das entidades.

Artigo 24.º **Crítérios**

As participações financeiras às entidades para aquisição de viaturas para apoio à atividade desportiva/cultural, obedecem às seguintes condições:

a) As entidades que promovam a formação desportiva/cultural e participem em competições regionais, distritais e nacionais ou mesmo aquelas que não se encontrando em competição regular prestem relevante serviço desportivo/cultural, poderão candidatar-se a apoio de 25% do valor de aquisição para uma viatura usada, num máximo de 1.500,00 € e 25% do valor de aquisição de uma viatura nova, num máximo de 3.000,00 €.

b) No caso das entidades com desporto adaptado e que tenham necessidade de viaturas adaptadas, os apoios serão até 35% do valor de aquisição para uma viatura usada num máximo de 2.000,00 € e de 35% para uma viatura nova num máximo de 4.000,00 €.

c) As participações financeiras da Autarquia estão dependentes da apresentação, por parte da entidade, de capacidade de investimento que assegure o restante capital para a aquisição da viatura a ser alvo de apoio.

Artigo 25.º **Candidatura**

Para se candidatarem a este apoio, as entidades terão de entregar pedido por escrito segundo o "modelo C" e anexar os seguintes documentos:

- 3 Propostas de veículos com características semelhantes para viaturas novas;
- 1 Proposta com certificado de inspeção, características, ano, kilometragem e foto, para viaturas usadas.

Capítulo VII

Da Periodicidade do Financiamento e Avaliação da Aplicação dos Apoios Financeiros

Artigo 26.º **Periodicidade**

Os apoios financeiros atribuídos às entidades poderão ser concedidos anualmente ou repartidos em prestações, consoante a avaliação realizada, com base no Plano de Atividades de cada entidade.

Artigo 27.º **Avaliação**

1- Até 30 de abril do ano seguinte àquele que respeitam, os Planos de Atividades e Contratos-Programa/Protocolos, as entidades apoiadas devem apresentar o relatório de execução devidamente documentado, conforme o disposto no art.º 9.º, com particular incidência nos aspetos de natureza financeira e com explicação dos objetivos e/ou dos resultados atingidos.

2- As entidades apoiadas nos termos do presente Regulamento, devem ainda organizar autonomamente a documentação justificativa da aplicação das verbas que lhe foram atribuídas.

3- A Junta de Freguesia de Amora reserva-se o direito de, a qualquer momento, solicitar a apresentação da documentação, referida no número anterior, para comprovar a correta aplicação dos dinheiros públicos atribuídos.

Artigo 28.º **Incumprimento do Contrato-Programa ou do Plano de Atividades**

O incumprimento do Contrato-Programa ou do Plano de Atividades, das contrapartidas ou das condições estabelecidas, constituirá, salvo motivo devidamente fundamentado e considerado de relevante interesse para a Freguesia, ou alheio à vontade dos outorgantes, argumento para condicionar a atribuição de novos apoios por parte da Autarquia à entidade.

Artigo 29.º **Publicidade das Ações**

Os projetos e ações apoiados ao abrigo do presente Regulamento, quando publicitados, seja qual for o suporte, devem, obrigatoriamente fazer referência à comparticipação assumida pela Junta de

Freguesia de Amora no seu desenvolvimento da seguinte forma: “Com o apoio da Junta de Freguesia de Amora” ou “Em parceria com a Junta de Freguesia de Amora”, contendo igualmente a imagem corporativa da Freguesia de Amora.

Capítulo VIII

Disposições Finais e Transitórias

Artigo 30.º **Omissões**

Os casos omissos no presente regulamento serão decididos pela Junta de Freguesia de Amora.

Artigo 31.º **Falsas declarações**

As entidades que, dolosamente, prestarem falsas declarações com o intuito de receberem montantes indevidos de subsídios terão de devolver as importâncias eventualmente já recebidas e serão penalizadas através da não concessão de quaisquer subsídios, independentemente da sua natureza, por um período de um a cinco anos.

Artigo 32.º **Entrada em Vigor**

O presente Regulamento entra em vigor trinta dias (30), após a publicação no Diário da República.

Anexo R)

Modelo de Inquérito utilizado no âmbito do Trabalho de Projecto em Práticas Culturais para Municípios da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas na Universidade Nova de Lisboa aos Dirigentes Associativos da Freguesia de Amora

1. Nome da colectividade
2. Localidade
3. Data da fundação
4. Sede
5. Espaços e valências
6. Identificação dos actuais dirigentes
7. São dirigentes desde quando?
8. Número de dirigentes do sexo masculino
9. Número de dirigentes do sexo feminino
10. Idade do dirigente mais novo? Sexo?
11. Idade do dirigente mais velho? Sexo?
12. Nível de escolaridade dos dirigentes?
13. Frequentaram formação para dirigentes?
14. Número de sócios
15. Valor anual das quotas
16. Objectivo para o mandato
17. Programação 2014
18. Indique os eventos de maior relevo
19. Quais são as entidades que financiam regularmente a colectividade?
20. Os eventos que realizam necessitam sempre de apoio?
21. Sendo o Seixal Município de Abril, que programa comemorativo do 25 de Abril assinalou a colectividade?
22. Quais as principais motivações que levaram à constituição da colectividade?
23. Quais as principais dificuldades que se deparam actualmente?
24. Fonte de receitas (patrocínios, quotas, alugueres, eventos)
25. Despesas mensais (água, luz, eventos desportivos/culturais, outros

Nota: o guião do inquérito teve como fonte o estudo realizado por Sónia Vicente (2012), sobre *As Colectividades da Freguesia de Abridada*. O título integral encontra-se nas referências bibliográficas.

Anexo S)

Modelo de Inquérito utilizado no âmbito do Trabalho de Projecto em Práticas Culturais para Municípios da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas na Universidade Nova de Lisboa aos Organismos do Poder Local que apoiam o Movimento Associativo no Concelho do Seixal

1. Desde quando é que as políticas de apoio da Câmara Municipal do Seixal (CMS) às Associações estão regulamentadas?
2. Existe algum plano de atribuição de apoios financeiros às Associações?
3. A CMS mantém algum tipo de relacionamento com as Associações para além da atribuição de subsídios?
4. Para além das verbas, dão apoio logístico e transportes? Se sim exemplifique?
5. De que forma é feito o financiamento às entidades associativas?
6. É um financiamento regular? Ou é realizado em determinados momentos/eventos? Exemplifique?
7. É realizado pela autarquia ou é canalizado pela Junta de Freguesia?
8. Existe uma agenda anual entre o poder autárquico e as Associações?
9. A Junta de Freguesia possui meios para apoiar as Associações isoladamente ou necessita sempre do apoio da Câmara?
10. Que apreciação faz sobre o papel das Associações?
11. Como define a dinâmica associativa do concelho do Seixal? O que a distingue das outras freguesias?
12. Na sua opinião qual o papel das Associações na promoção do Desenvolvimento Local?
13. Em seu entender quais são as principais dificuldades no funcionamento das Associações?
14. É o presidente da Associação que fala directamente com a CMS?
15. É realizada alguma avaliação aos projectos e actividades que as Associações desenvolvem?
16. Face às dificuldades financeiras que o município atravessa, o que se pode esperar das relações da CMS com as Associações?
17. Com a crescente redução do papel do poder central, nomeadamente no que toca às políticas sociais, as autarquias têm aumentado as suas competências através do princípio da subsidiariedade. Na sua opinião que alterações se têm registado

nesta área? Como caracteriza os diferentes períodos de políticas públicas locais?

Quais são as competências que as autarquias têm assumido no apoio às

Associações?

18. Qual será o futuro das colectividades no concelho do Seixal?

Nota: o guião do inquérito teve como fonte o estudo realizado por Carina Guerreiro (2011), sobre o *Universo Associativo no Concelho de Loulé*. O título integral encontra-se nas referências bibliográficas.